

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS BAIXADA SANTISTA**

BRUNO OLIVEIRA MAIA

**ESPAÇOS-TEMPO INTERSTICIAIS: FORMAÇÃO, SUPERVISÃO E
TRABALHO DO PSICÓLOGO NO SUAS**

Santos

2016

Bruno Oliveira Maia

**ESPAÇOS-TEMPO INTERSTICIAIS: FORMAÇÃO, SUPERVISÃO E
TRABALHO DO PSICÓLOGO NO SUAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista para obtenção do título de Mestre Profissional em Ciências da Saúde.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Henz

Santos
2016

AGRADECIMENTOS

Mais do que tecer agradecimentos àqueles que me acompanharam em todo esse processo, acredito que por todos os meus caminhos, não só no mestrado, mas na vida em sua totalidade, partilhei minha chegada até aqui com intercessores diversos, por meio de encontros que trouxeram potências e ideias, e permitiram criação e pensamento.

Ao Alexandre Henz, orientador, professor, amigo, cujos encontros que há mais de dez anos em experiências de monitoria, estágios, grupos de estudo e claro essa dissertação, sempre compareceu com um “fazer junto” enriquecedor a toda essa experiência acadêmica (mas não só).

Agradeço também aos professores Stéfanis e Maurício que para além da avaliação do o projeto de qualificação, compuseram conosco um caminho para a realização da pesquisa.

Agradeço à banca, pela disponibilidade de participação, delicadeza e atenção essenciais para essa construção acadêmica. À Angela pela atenção desde a TS na graduação. Ao Maurício pela disponibilidade que contribui para minha formação desde a graduação, qualificação e agora o mestrado. À Abigail que me fez gostar cada vez mais de um SUAS implicado com a vida.

A todos os trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência Social pelas apostas que construímos juntos, pelos sorrisos e lágrimas que me acompanharam e ainda acompanham. Dentre esses um agradecimento especial à Magali que bancou a existência desse trabalho em meio à um cotidiano de trabalho provocador e desafiador na SEAS.

A todos os estagiários que passaram pelo estágio na SEAS, por suas histórias construídas antes, durante e depois do estágio. Espero ter contribuído reciprocamente à altura das experiências que vivi como supervisor e por me possibilitarem trazê-las para essa dissertação e para além dela.

A todos os usuários do SUAS e suas histórias que enriquecem essas páginas.

Aos meus amigos, de tantos coletivos diferentes (*Aqueles* de longa data, os *Dágs* e a turma de mestrado), importantes intercessores em todo o meu percurso até aqui, obrigado pela oportunidade de dividirmos a amizade, obrigado pelos seus ouvidos atentos e solidários.

E principalmente minha família, meus pais Angela e Sérgio e minha irmã pelos afetos, cuidados e amor, que me apoiaram em toda a vida. E à Agatha, minha companheira, por dividir comigo também essa empreitada, suportar os momentos de “solidão” da escrita e tecer outros tantos sonhos que nos movem.

RESUMO

Este trabalho analisa as implicações da supervisão de estágio local (preceptoria), seus atravessamentos e interferências na formação universitária e na atuação de psicólogos nos serviços da Assistência Social. São analisadores dessa investigação: as experiências acadêmico-pedagógicas, das quais o pesquisador participou, como supervisor de estágio local e sua trajetória como trabalhador psicólogo no Sistema Único de Assistência Social, o SUAS. No percurso da pesquisa, foi encontrada/produzida a noção de espaços-tempo intersticiais como processos que se constituem em ato, onde habitam temporalidades possíveis a cada vez e a cada caso, seja na universidade, nos serviços ou no exercício da psicologia no SUAS, que podem ser mantidos à margem, até ser retomado e inserido no espaço oficial. Para isso utilizou-se registros de experiências de supervisão, diários de campo e documentos produzidos pelos estudantes como relatórios, registros audiovisuais, narrativas que foram elaborados durante o período de estágio e que estão ligados às práticas cartografadas. Como produto final desta dissertação serão compiladas diversas narrativas sobre o cotidiano dos serviços do SUAS utilizadas ou não na dissertação em formato de livreto.

PALAVRAS-CHAVE: Estágios; Psicologia; Assistência Social; Supervisão de estágio; Prática Institucional

ABSTRACT

This work analyzes the implications of the local supervision (mentoring), their crossings and interferences in university formation and psychological practice in services of Social Assistance. The analyzers of this investigation are: the academic-teaching experience, of which the researcher participated as supervisor and his career as a psychologist worker within the SUAS – Sistema Único de Assistência Social (Brazilian Unified Social Protection System). In course of the research the notion of interstitial space-time was found/produced as procedures that constitutes itself in act, where temporalities happen each time, at university, work places or at psychology exercise, which can be kept marginally before be inserted at official places. For that was used supervisor's experience records, field diaries and students' reports, audiovisual records and narratives made during the probationary period that relates with psychological practices. The final product of this work will be a compilation of stories about the SUAS services everyday life, used or not at this dissertation in a booklet format.

Keywords: Internships; Psychology; Social Assistance; Education, Higher; Institutional Practice

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vista aérea do bairro do Rádio Clube na Zona Noroeste em Santos-SP.	51
Figura 2. Recorte do Levantamento Planimétrico Cadastral da última porção do Caminho São Sebastião.....	57
Figura 3. Fotografia aérea da área afetada pelo incêndio no Caminho São Sebastião em 06/04/2016.....	58

SUMÁRIO

ACHEGAMENTOS.....	2
1. ESPAÇOS-TEMPO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	9
1.1 – PAIF.....	13
1.2 – SCFV.....	17
2. ESPAÇOS-TEMPO SUPERVISÃO.....	22
2.1 – Acompanhamento no Território.....	25
2.2 – Clínica Comum e Narrativas.....	31
2.3 – Risco de Abertura.....	37
2.4 – Coletivo Imunitário e Comunitário.....	40
2.5 – Corpo entre Potência e Impotência.....	46
3. ESPAÇOS-TEMPO DA PSICOLOGIA NO SUAS.....	51
3.1. Agenciamentos Territoriais.....	51
3.2 – Experiências desastrosas.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE.....	67

ACHEGAMENTOS¹

(...) encontrar não é reconhecer: é a experiência mesmo do não-reconhecível, o colocar em xeque o mecanismo de reconhecimento.

François Zourabichvili

Frio na barriga, estava começando um trabalho do zero? E as experiências anteriores? Saúde Mental, Fundação CASA, não valeram? Sim, há nuvens de encontros anteriores e é diferente. Nesses trabalhos conheci CREAS e Medida Socioeducativa. Na graduação não vi nada sobre Assistência Social. No dia da posse chegamos todos: 6 psicólogos aprovados no concurso público. Hora de decidir para onde vão: CRAS, CREAS, Medidas, NAI, Centro POP. Acho que vou para onde a experiência do passado me levar. Uma mensagem chega. De um colega, que é também universitário, também estagiário. “Tô fazendo estágio no CRAS, você vai pra lá? ”. No CRAS eu nunca trabalhei. Arrisco esse ou vou na segurança do trabalho que conheço? Acho que vou com os que conheço. Será que consigo?

No dia da escolha, reencontro? Pessoas que não via desde a graduação: Calouros. Agora nos últimos anos, não tão verdes. E eu no trabalho, estava verde? Era agosto, eles estavam pelo menos desde o início do ano. Talvez soubessem mais sobre o trabalho na Assistência do que eu. Logo as chefias de departamento ficam a postos: “Vocês 6 já tem preferências? Precisamos de um para o NAI, um para o POP, um para Medidas e três para o CREAS! ”. Me perguntei: “E o CRAS? ”

¹Segundo o dicionário Houaiss: Achegamento: ato ou efeito de achegar(-se); logo, Achegar: 1. aproximar(-se), chegar(-se); 2 ajeitar, compor, aconchegando; 3 Derivação: sentido figurado. buscar proteção, amparo, conforto em algum lugar ou junto a alguém; acolher(-se);4 acrescentar-se, anexar-se

(Acho que disse em voz alta). “Ouvi dizer que tem vaga e conheço o território, desistiram? ”. Alguém pergunta: “Você é o Bruno? Este tem que vir para a básica! Já trabalhou no território das palafitas e será ótimo que vá para o Rádio Clube.”. Susto. Alguém me conhecia sem me conhecer, ainda que encontrar não seja reconhecer (o já sabido). Sem objeções dos demais voltou-se para mim: “Eu vi que mais cedo você cumprimentou os estagiários, achei que você não ia se manifestar, os professores falaram sobre você. Agora seja bem-vindo e pode começar naquela reunião dos estagiários! ”.

E assim a pesquisa começa, junto com o trabalho.

Em seguida – mais precisamente quatro meses depois - ingressei no Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Campus Baixada Santista, na modalidade profissional, busquei diversas formas de contar as experiências que se seguiram, tentando “mapear” algumas políticas de subjetivação que estariam sendo produzidas no estágio, como: que profissional pretende-se formar e quais investimentos ético-político-clínicos interessariam a um estágio que transita pela assistência social além de “acompanhar” os modos de operar do supervisor local² (preceptor) que afetam essa formação?

Inicialmente, tomado pelo lugar de trabalhador-estudante-pesquisador, iniciei esta investigação produzindo uma espécie de defesa ou elogio do supervisor local como um agente vital da formação capaz de habitar espaços intersticiais e inauditos entre Universidade e Serviço. Ao analisar essa implicação, reassumo o compromisso com uma produção de conhecimento que tensiona – mais com ‘s’ do que com ‘c’ –, às vezes, intersticialmente a formação.

No entanto, a formulação desse estudo rompe com uma ideia ou ponto de vista afirmado ou meramente confirmado pelo observador, porque a aposta é a de

² A escolha do termo se deu pelo entendimento encontrado na literatura, dentre eles Botti (2008) que afirma: O preceptor é o profissional que atua dentro do ambiente de trabalho e de formação. O supervisor é o profissional que tem sua atividade no ambiente de trabalho, mas que se encontra com o profissional em formação também fora da área e do momento de prática imediata.

um deslocando para uma pesquisa que segue o fio condutor das experiências e da ação em que produções de conhecimento e de realidade se fazem conjuntamente. Uma investigação que procurou acompanhar o que estava em jogo na produção ético-epistêmico-política da chamada realidade e como diz Benilton Bezerra Jr:

[...] toda pretensão epistêmica é uma tomada de posição ética. Não há conhecimento sem interesse. Não há exercício conceitual sem uso do poder. Não há prática sem pressupostos e consequências políticas. (BEZERRA Jr., 1992, p. 9).

Nesta investigação foi necessário discutir as implicações ético-políticas na produção de saber-poder envolvidas nessa formação *com* os estagiários em campo. Assim, as experiências acadêmico-pedagógicas, das quais participei, como supervisor local de estágio foram tomadas como analisadores³ da implicação ética e política, na medida em que contêm elementos os quais fazem transparecer/transver⁴ uma série de forças que tensionam e agenciam as relações entre universidade e serviços. Neste sentido, a escrita apresentada aqui, ainda que seja construída ao redor de uma *experiência*, não se pretende privatista, voltada apenas para minhas reflexões⁵, pois cruza além das narrativas do pesquisador, também a de usuários, estudantes e trabalhadores, citações textuais, discussões realizadas nas supervisões de estágio e relatórios dos estudantes em intempestivas conexões desejosas.

Ao longo do processo de escrita a noção de espaços intersticiais ganhou terreno ao mapear outros espaços que não somente no interstício Universidade-Serviços. Passou a ser considerado também o interstício Psicologia-SUAS já que a

³ Por analisador compreendo o elemento que permite clarificar as implicações e o campo de onde se produz a análise, penso que na análise de minha trajetória de supervisor pode-se configurar o contexto em que se inscreve a formação e a prática do profissional na assistência

⁴ Acerca da noção de transver e transversão ver especialmente a nota metodológica de Luiz Orlandi em <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2016/04/05/nota-acerca-da-transversao-luiz-orlandi/> Acesso em 26 08 2016

⁵ É importante sublinhar que não interessa a reflexão *sobre*, a psicologia, a sociologia, o serviço social não ocupam um nível superior aos outros saberes mundanos, elas estão no mesmo nível, são destes mundos, portanto, não há reflexão sobre, o que há é pensamento a partir, pensamento com.

característica do estágio analisado demandava discutir a trajetória do profissional naquela política.

Foi um exercício de compor com outros modos de pensar, na perspectiva de traçar um caminho para discussão da pesquisa nessa rede de forças à qual tais experiências estão conectadas, permitindo colocar em desconfiança o processo permanente de transformação/reconfiguração na produção de saberes e procedimentos, na formação universitária e na atuação de psicólogos nos serviços da Assistência Social.

A pesquisa tratava inicialmente do trabalho do psicólogo, como supervisor local de estagiários e seus efeitos na formação universitária, entretanto, houve uma série de deslocamentos tanto durante os Seminários de Interlocação de Pesquisa⁶ que apontavam para que se fizesse uma discussão das práticas dos psicólogos na Assistência Social, quanto na banca de qualificação onde minha implicação haveria de ganhar terreno na dissertação para que as práticas surgissem como efeito dos agenciamentos produzidos na trajetória profissional.

Tais agenciamentos e os dispositivos que daí surgiram, se deram tateantemente no que viemos a chamar de espaço-tempo intersticiais⁷, talvez inauditos, entre a Universidade e os Serviços.

Mas sendo o espaço intersticial o lugar das práticas não tuteladas pela segurança da verdade estabelecida e pelo pré-determinado, é também o lugar do perigo, pois fora do mundo

⁶ Seminários de Pesquisa I, II e III são disciplinas obrigatórias no Programa de Mestrado Profissional que consistem em avaliações periódicas dos projetos de pesquisa em relação à delimitação do tema e problema/objetivo da pesquisa.

⁷ Com todo o cuidado para não sobrepor ou estender demasiadamente o léxico micropolítico adotando imagens biológicas, laborais, econômicas, religiosas ou jurídicas podemos pensar que o Interstício é uma aposta e o jogo do *entre* (não como um local necessariamente localizável) e em histologia refere-se a pequenas áreas, orifícios ou espaço existentes na estrutura de um órgão ou tecido orgânico. Na religião é o intervalo de tempo entre a recepção de uma ordem sacra e a seguinte. Interstício militar designa o tempo mínimo que um militar deve permanecer num posto ou graduação antes de ser promovido. Interstício trabalhista é o intervalo mínimo de descanso entre um turno de trabalho e outro. Em economia é o ramo que surge em função de uma inovação no mercado. No jurídico é o intervalo de tempo necessário entre atos do procedimento legislativo. Em linguagem arquitetônica significa o "fundo" sobre o qual os edifícios assentam. (LAMANNO-ADAMO, 2013)

seguro das atividades oficiais, não valem as seguranças da verdade, da cultura, do saber, do sentido. É o lugar do risco, do imprevisto, um lugar marginal, habitado pela diversidade caótica. (LAMANNO-ADAMO, 2013)

O destaque para a noção de interstício se dá neste trabalho, devido ao conteúdo que neste espaço é veiculado/produzido e que pode constituir/habitar temporalidades que se desencaixam no/do espaço institucional propriamente dito, seja na universidade ou nos serviços e que pode ser mantido em segredo e margens, até ser retomado e inserido no espaço oficial.

O percurso escolhido/encontrado nessa investigação, foi efeito desses acontecimentos que ocorriam simultaneamente, não exatamente na ordem apresentada sob a forma em que a dissertação se configurou.

Um dos espaços oficiais que apontavam para um mapeamento possível desses espaços-tempo intersticiais era a Supervisão Ampliada. Tratava-se de um espaço onde havia o encontro entre os profissionais, estudantes e professores. Através desse dispositivo o estágio de psicologia na SEAS seguiu apostando na aproximação, negociação e articulação em diferentes CRAS no município, incluindo aqueles onde não havia o estágio.

A primeira Supervisão Ampliada que eu participei, conhecia mais estudantes e professores do que os profissionais da SEAS, além disso as supervisões no fim de 2013 tinham caráter de grupos de estudos e pesquisas acerca das políticas de produção de subjetividade, com as contribuições de diversos autores do movimento institucionalista.

Revisitar a Universidade, reler os textos, reencontrar os amigos e professores, contribuíram à época para que eu reingressasse através do programa de Mestrado Profissional e especialmente à ideia inicial da dissertação. Já que por conta dessa proximidade em diversas frentes, se apresentavam nuances em cada uma delas por vezes imperceptíveis.

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar espaços-tempos, mesmo de superfície e de

volume reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e de povo (DELEUZE, 1992b, p. 218).

Esta dimensão temporal que se dá “a cada tentativa”, conforme Deleuze (op cit), ajuda-nos a construir a narrativa onde processos aqui discutidos (a pesquisa, a supervisão e o trabalho de psicólogo no SUAS), ainda que tenham iniciado ao mesmo tempo sofreram diferentes distorções sob efeitos das instituições analisadas.

Essa dimensão temporal comparece implicada nos processos que se deram nos manejos cotidianos, nas ligações que foram sendo feitas a cada vez, em cada experiência, constituídos em ato no decorrer dessa pesquisa, nos então, espaços-tempo da Assistência Social, da Supervisão ou da Psicologia no SUAS.

No primeiro capítulo, tomo como analisador as primeiras aproximações/produções tanto com o território de atuação profissional na Proteção Social Básica no Rádio Clube, seja no CRAS ou fora dele, ambientando o leitor aos espaços instituídos e as práticas que ali foram surgindo ligadas ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

No segundo capítulo, as questões analisadas se relacionam com o percurso de trabalho com os estagiários, através de narrativas que apontam derivas e desvios metodológicos de suas ações ao longo do processo de estágio. As Narrativas destas experiências, permitiram transitar por boa parte de experiências que exploraram espaços-tempo intersticiais como a que chamamos de Acompanhamento no Território entre outras que tatearam a Clínica Comum, Riscos de abertura, Imunidade e Comunidade e Potência e Impotência.

No terceiro capítulo trago experiências da prática como psicólogo no SUAS, envolvendo agenciamentos e negociações territoriais, bem como experiências

desastrosas⁸, que nos tiram a referência das práticas cotidianas, presentes no trabalho como profissional psicólogo SUAS.

Por fim, algumas considerações para outros possíveis recomeços, onde retomo alguns dos efeitos e análises da pesquisa sem a intenção de sobrepor conceitos às experiências, mas sustentar sua aproximação, até as últimas páginas, por e pelo meio das experiências relatadas.

⁸ A etimologia da palavra desastre, no grego: Des + Aster, significava “sem os astros”, e possuía um sentido de algo que perdeu a influência do cosmos. Com a transição do latim para o idioma português, a relação que a palavra tinha com os astros se perdeu, ficando apenas a ideia de “um acontecimento calamitoso que provoca grande prejuízo ou dano”. Trago aqui o primeiro sentido.

1. ESPAÇOS-TEMPO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Não podemos aceitar a alternativa que compromete ao mesmo tempo toda a psicologia, a cosmologia e a teologia: ou singularidades já assumidas em indivíduos e pessoas, ou o abismo indiferenciado. Quando o mundo se abre pululando de singularidades anônimas e nômades, impessoais, pré-individuais, pisamos finalmente o campo de uma vida.

*Gilles Deleuze,
Lógica do Sentido*

A mim, começar um trabalho novo mobiliza e provoca curiosidade. Após sair de uma reunião com os estagiários, no primeiro dia de trabalho, minha primeira pergunta foi: “Quando começo no CRAS? ”. O banho de água fria, veio na sequência: “O quanto você sabe para além da sigla? Já ouviu falar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – o PAIF? Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV? ”.

Durante a primeira semana a única tarefa que me foi dada era estudar os documentos que levaram a criação do Sistema Único de Assistência Social. Essa tarefa me remeteu a momentos da graduação quando se estudava a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) após as sucessivas mudanças como a universalização do atendimento, anteriormente ligada ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS que atendia somente àqueles que para ele contribuía.

Não à toa, durante o estudo, notava uma série de contrabandos, acúmulos e contaminações do que já havia vivenciado. Dentre eles o primeiro a fazer o resgate à memória era a própria Constituição de 1988 que em seu artigo 194, afirma:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (BRASIL, 1988)

Compor agora o quadro de profissionais da Assistência Social, colocava em pauta um antigo incômodo de quando atuei na Saúde em outro município e tentava articular ações em rede com a Assistência sem sucesso. Era também a possibilidade de encontrar nos textos, a mim entregues para estudo, algo que me impedisse de reproduzir os discursos outrora escutados e que não contribuíam para um trabalho em conjunto.

Ainda que grande parte dos princípios e diretrizes do novo modelo de assistência social decorressem dos avanços alcançados na saúde, como: a ideia de níveis de complexidade, descentralização, participação social, integralidade, hierarquização e aposta num modelo de funcionamento em redes articuladas com outras políticas; uma diferença fundamental se deu em seu aspecto não-universal ao afirmar que:

*Art. 203 - **A assistência social será prestada a quem dela necessitar**⁹, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:*

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

⁹ Grifo meu

Esse documento juntamente com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei no. 8.742, de 1993 visavam colocar a Assistência Social na perspectiva dos direitos, diferentemente do que vinha ocorrendo antes de suas promulgações (e mesmo depois delas, para os não leitores/executores dessa política) sob uma ótica assistencialista, emergencial ou de certos políticos com interesse eleitoreiro que privilegiam uma clientela, mantendo um 'conjunto de indivíduos dependentes' em troca de seus votos; mantendo uma troca de favores entre quem detém o poder de estado e quem vota. Evidentemente, coexistindo com a lógica clientelista ou da compaixão assistencialista, operava a luta dos movimentos sociais que em tensão, auxiliaram na conquista de direitos e da implantação do SUAS.

No que se refere à organização do SUAS, essa se dá por níveis de complexidade, divididos em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Os serviços de Proteção Social Básica incluem os serviços de proteção e atendimento integral à família - PAIF, de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV e de atendimento em domicílio para pessoas deficientes e idosas. Enquanto os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade englobam os serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos - PAEFI, de abordagem social, de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e a pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, além do serviço especializado para pessoas em situação de rua. Já os de Proteção Social Especial de Alta Complexidade integram serviços de acolhimento e de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências (BRASIL, 2009).

À medida que continuava os estudos, a apropriação das leis e materiais técnicos dessa política observava o oitavo andar da secretaria de assistência e experimentava uma ambiência: sentado numa mesa literalmente no canto de um grande salão com corredores ao centro e divisórias baixas, de modo que ao sentar-se no computador, conseguia-se escutar o telefonema ao lado. A gestão do trabalho no âmbito da assistência também me parecia composta por linhas frágeis e translúcidas tais quais essas divisórias. Ainda que estivessem claros seus princípios e diretrizes de garantia de direitos, controle social e fortalecimento de vínculos, o trabalho no SUAS era atravessado intensamente por precariedades de recursos

humanos e materiais, vínculos empregatícios não tão consolidados, culminando em constante rotatividade de trabalhadores, que ao fim e ao cabo, também me trouxe até aqui.

Reorganizar a estrutura física e arquitetônica, não garante uma organização do trabalho mais interessante, no mais, elas são sintoma de certas formas de gestão e organização do trabalho. Ainda que, naquele momento, não conhecesse o trabalho em campo da assistência, estava recebendo um indicativo, signos, do que iria encontrar em campo, que aliás, já estava em parte ali. Isso me fez sair daquele prédio com pelo menos uma tarefa: ajudar a organização da rede.

Frequentemente outros ocupam as mesmas cadeiras no canto desse salão, pois os profissionais que ingressam na Assistência Social passam por esse período de estudos antes de que se designe seus locais de trabalho.

Em conversas posteriores com outros psicólogos, muitos relataram a dificuldade de construir uma prática a partir desses documentos, pois, onde caberia seu conhecimento nessa política em que “não se pode nada”, isto é, fazer psicoterapêuticas, psicodiagnósticas e psicopedagógicas.

Essa dificuldade começa após a convocação para assumir o cargo. Em Santos as possibilidades de locais de trabalho são diversas em um mesmo concurso, e se dão à medida que vão surgindo vagas por conta dos profissionais que se aposentam ou com a criação de novas vagas, seja para Saúde, Assistência Social ou Gestão de Pessoas. Uma vez ocupando o cargo não se tem livre trânsito entre as secretarias, logo, ao se descobrir na Assistência, muitos perguntam: Como se faz para ir para saúde?

Em algum momento dessas primeiras semanas à espreita nesse canto do salão, muitos dos novos funcionários que entraram comigo, ouviram falar sobre uma turma de pós-graduação *lato sensu* em Políticas Públicas no âmbito do SUAS que acabara de dar início. Apesar de não conhecer a instituição que oferecia a pós, a possibilidade de estudar com os colegas que entraram, o contato com os materiais que já estávamos estudando e também o aumento de salário proporcionado pelo Plano de Carreira da prefeitura, fizeram com que eu me inscrevesse. O curso durou 18 meses, e parte dele foi concomitante ao ingresso no Programa de Mestrado

Profissional *stricto sensu* da UNIFESP, apesar de terem motivações e desenvolvimento diferentes.

O que une essas duas formações é sem dúvida o cotidiano de trabalho no SUAS e esse cotidiano foi imensamente marcado pelo PAIF e o SCFV, os quais tratarei adiante para melhor compreensão do leitor ao longo da dissertação.

1.1 – PAIF

O principal material de leitura antes de “colocar a mão na massa” são as Orientações Técnicas Sobre PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, Volumes 1 e 2. Esses materiais são recentes (MDS,2012) e discorrem sobre o serviço a ser ofertado obrigatoriamente e exclusivamente no CRAS e amplia o que foi inicialmente criado como Programa para o status de Serviço.

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS.

O advento do PAIF como serviço dentro dos CRAS, visando romper com modelos assistencialistas, disputa e produz uma realidade por vezes destoante do encontrado nos CRAS de Santos. Isso porque desde muito tempo a cidade ofertou e vem ofertando uma série de recursos vistos como benesses desde os tempos que o serviço era chamado de Casa da Cidadania, como cesta-básica, Vale-foto, Cartão-

transporte e os outros mais recentes como os programas ligados ao Cadastro Único¹⁰.

Logo na primeira supervisão que participei ao chegar no estágio, após vivenciar esse embate de forças entre a chave das benesses e a lógica dos direitos¹¹, um texto retirado do Compêndio de análise institucional e outras correntes, de Gregório Baremlitt (1996), chamou-me a atenção para o entendimento de que toda demanda é produzida, de tal modo que antes dela existe a oferta:

*“O problema fundamental é esse: quando a gente recebe uma demanda, a primeira coisa que ocorre é que a gente tende a pensar que não tem nada a ver com a crítica dessa demanda; se o sujeito está demandando em primeira instância, somos levados a aceitar que é porque já sabe o que está demandando. E se me procura, estou a seu dispor. Procura-me porque algum lado do problema tem a ver com o que faço, e então o atendo, esquecendo-me de que, se ele me procura, é **porque me ofereci**.¹² Não necessariamente me ofereci a essa pessoa que me procura; pode ser uma oferta vasta, ampla,*

¹⁰ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como: Programa Bolsa Família, Programa Minha Casa, Minha Vida, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Carteira do Idoso; Aposentadoria para pessoa de baixa renda; Programa Brasil Carinhoso; Telefone Popular; Carta Social; Tarifa Social de Energia Elétrica; Passe Livre para pessoas com deficiência; Isenção de Taxas em Concursos Públicos. (MDS,2012)

¹¹ Acerca dessa questão Antonio Negri (1998) sublinha a importância da crítica ao caráter liberal da luta por direitos e sustenta que: “A crítica aos direitos humanos ataca a natureza abstrata (e portanto estatística e hipócrita) do próprio conceito de direito, vendo nele nada mais do que a garantia da individualização das necessidades e do egoísmo dos comportamentos apropriativos; e, no sistema constitucional dos direitos, a máquina de consolidação dos interesses dos fortes contra os fracos e o impedimento absoluto à construção de sistemas produtivos e biopolíticos livres e comuns.” Nessa perspectiva é importante considerar pensar que “A justiça não existe! Direitos Humanos não existem! Trata-se de criar, não de se fazer aplicar os Direitos Humanos” Acerca dessa problema ver a crítica de Deleuze disponível em <http://tinyurl.com/gslks55>, bem como a análise de Deleuze e Guattari (1992) à lógica dos direitos e direitos humanos: “Que social democracia não dá a ordem de atirar quando a miséria sai de seu território ou gueto? Os direitos não salvam nem os homens, nem um pensamento que se reterritorializa sobre o Estado democrático. Os direitos humanos não nos farão abençoar o capitalismo. Os direitos humanos não dizem nada sobre os modos de existência imanentes do homem provido de direitos”. Veja outros desdobramentos da questão no capítulo Geofilosofia in: Deleuze, G. & Guattari, F. O que é a filosofia? Tradução Bento Prado Jr., Alberto Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. P. 138-139m, disponível em <http://tinyurl.com/zjh37k7>

¹² Grifo meu

cruzada. Mas se eu não me oferecer, ninguém me procura. ”
BAREMBLITT (1996).

Isso me fez pensar sobre a oferta que já havia sido ofertada enquanto psicologia no PAIF e com quais delas eu me relacionaria ou não. O trecho mais citado em diversos manuais sobre a atuação dos psicólogos é com certeza esse:

*“Constituem seguranças afiançadas pela assistência social: a acolhida, o convívio familiar e comunitário, a renda, o desenvolvimento da autonomia e a sobrevivência a riscos circunstanciais. As ações do PAIF devem, então, expressar a garantia dessas seguranças sociais. De tal modo, **não compete o desenvolvimento de ações de caráter terapêutico, compreendidas aqui como as práticas psicoterapêuticas, psicodiagnósticas e psicopedagógicas**¹³, ou seja, PRÁTICAS CLÍNICAS no âmbito do PAIF, pois não correspondem às seguranças afiançadas pela política de assistência social. ”*

O Caderno de Orientações PAIF (MDS,2012) restringem as terapias ou psicoterapias no âmbito da assistência social, talvez com uma preocupação relacionada à psicologização do social, a incidência de uma lógica privatista ou individualista que a clínica e a psicoterapia podem operar. Diferente talvez do alerta da estagiária Isa:

“O dito papel o psicólogo fica completamente deslocado quando se pensa nas referências do que é ou não uma prática “psi”. Durante um atendimento duas usuárias achavam que eu e supervisor éramos assistentes sociais. As questões que chegam, em geral, vêm de problemas concretos como dinheiro, casa. A conversa sobre os sonhos, os desejos, os choros, as relações familiares, a violência, acabam também chegando aos nossos olhos em um atendimento desses. Mas parece ser o pano de fundo, detalhes.

¹³ Grifo meu

Pensei que era preciso estar atenta às sutilezas. ” (Trecho de diário de campo, Estagiária Isa)

Há um plano político potente que se faz com detalhes, sutilezas, delicadezas, singularidades, com a articulação de territórios e nada disso é prerrogativa do indivíduo ou exclusividade da esfera privada, também existe um grande desafio que se apresenta na execução do trabalho que é dividir esse aspecto potente do trabalho com o lado tarefeiro, mecanizado, quantitativo e automático, onde só se faz aparecer o trabalho pelos encaminhamentos realizados. Os processos de trabalho ocorrem num emaranhado de políticas públicas sucateadas, tanto na estrutura física quanto em processos burocratizados.

Uma das perspectivas em psicologia que pode interessar ao PAIF, precisava dar conta de problematizar as formas e políticas de produção da subjetividade, dos modos de governar, de gerir a vida, através de uma posição ético-estético-política. Ética como pensamento que avalia os acontecimentos potentes ou não de vida; estética como criação, articulando pensamento, ação e sensibilidade; e política como a co-responsabilização ante os afetos produzidos, sendo construídos nas ações (GUATTARI, 1992).

A vida acima referida é entendida em sentido muito mais amplo que a biológica, relaciona-se com as criações, afectos, rebeldias, liberações, etc. Assim, as demandas dos usuários (que trouxe essa discussão à tona) não dizem respeito unicamente à falta de recursos para manutenção da vida, existem problemáticas complexas que nos dizem respeito, inclusive podendo enunciar com estes mundos da Zona Noroeste questões contemporâneas como a *Teoria do Bloom* na fórmula da revista *Tiqqun*¹⁴ (2000) de que *o contrário da pobreza não é a riqueza mas a miséria*:

¹⁴ TIQQUN foi uma revista francesa dedicada a “exercícios de metafísica crítica”, autodesignada “órgão consciente do Partido Imaginário”, foi publicada entre 1999 e 2001. Em suas páginas apareceu pela primeira vez o Comitê Invisível, que tem publicado no Brasil o livro *A insurreição que vem* (Edições Baratas, 2013). Seus diálogos críticos com a filosofia política abarcam um amplo espectro, que vai do movimento *okupa* a Giorgio Agamben, de Georges Bataille à Autonomia, de Michel Foucault à Internacional Situacionista. TIQQUN é também a insígnia que aparece em capas de livros como *Materiais preliminares para uma teoria da menininha* (2001), *Teoria do Bloom* (2004), *Isso não é um programa* (2006) e *Contribuição à guerra em curso* (2009).

*“(...) o contrário da **pobreza** não é a **riqueza**, mas a **miséria**, e, das três, somente a pobreza tem o sentido interessante. A **pobreza** designa o estado daquele que pode usar tudo não tendo nada como próprio e a **miséria** o estado daquele que não pode usar nada, seja porque tenha em excesso, seja porque o tempo lhe falte, seja porque seja sem comunidade. Desse modo, tudo o que a ideia de **riqueza** pôde lograr, através da história, de quietude burguesa, de plenitude doméstica, de familiar imanência com o plano sensível, é algo que se pode apreciar, pela nostalgia ou pela simulação, mas não viver. Com ela, a felicidade tornou-se uma ideia muito antiga, e não somente na Europa. (...) É por isso que a **riqueza** tornou-se, no mundo da mercadoria autoritária, uma coisa grotesca e incompreensível, **uma forma saturada da miséria**¹⁵. A riqueza não é nada além do que aquilo que vos possui.”*

Talvez aqui haja abertura para produzir uma psicologia possível no PAIF, que possa produzir realidades diferentes de um assujeitamento hegemônico. Quem sabe devêssemos, ainda que de maneira tateante, ouvir a estagiária Isa e “estar atento as sutilezas” que se estapeiam através da lógica do capital, pois, não escutá-las, implica apenas a manutenção das misérias como um modo aceitável de vida.

1.2 – SCFV

Não só ‘herdei’ o trabalho de acompanhar os estágios, após assumir o cargo de psicólogo no CRAS Rádio Clube, mas recebi uma outra atribuição essencial que

¹⁵ Grifo meu

foi a de acompanhar as ações nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV¹⁶. Pelo impacto que esse serviço teve, tanto em minha atuação dentro do SUAS quanto na atuação dos estagiários durante e após o período de estágio - muitos voltaram e estão até hoje como trabalhadores nestes serviços -, pretendo estender-me nesta experiência por ser uma questão de grande importância para a leitura que se segue.

No início fui convidado a participar quinzenalmente às sextas-feiras num encontro chamado Vivências da Juventude no Centro da Juventude da Zona Noroeste – CEJUV-ZNO¹⁷. Esse espaço consistia em oficinas temáticas sobre assuntos do cotidiano da juventude como Sexualidade, Drogas, Preconceito, Criminalidade entre outros temas.

Durante minha apresentação à equipe e aos jovens, no primeiro dia em que visitei o serviço, narrei minha trajetória pela saúde mental e sobre uma experiência anterior com grupos de álcool e outras drogas envolvendo redução de danos, e logo minha presença afetou o encontro seguinte. Passariam na semana seguinte um filme e na outra semana após 15 dias haveria discussão sobre aquele tema.

Havia uma grupalidade notável nos jovens presentes nessas sextas-feiras e enxergava muitas possibilidades de atuação da psicologia que se fazia em mim, voltada para grupos e coletivos. Essa atuação teve grande importância no início, enquanto a “forma-CRAS ainda não tinha pego”.

Algumas das possibilidades que se apresentaram além de participar do Vivências da Juventude era acompanhar alguns jovens. De início, a solicitação vem na forma de “salvação” dos jovens problemáticos. Mas antes de recusar, resolvi arriscar. O “acompanhamento de uma jovem” foi o primeiro piloto. Ela havia causado transtornos em algumas atividades e desrespeitado alguns facilitadores. Os

¹⁶ Segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009): O SCFV é um serviço de proteção social básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.

¹⁷ O Centro da Juventude da Zona Noroeste é um equipamento que executa o SCFV voltado a adolescentes e é referenciado aos CRAS da Zona Noroeste.

operadores estavam cogitando a possibilidade de encerrar a participação dela no Programa de Valorização do Jovem – PVJ¹⁸.

Nesta situação, apesar de ser solicitado como representante CRAS intervindo em outros serviços da Proteção Social Básica, comecei a compreender a interferência dos Serviços de Convivência na Proteção Social Básica. Isso porque segundo os documentos oficiais o SCFV é um serviço complementar ao PAIF, mas como possuem uma história anterior à Política Nacional de Assistência Social, ele precisa ajustar sua demanda no processo chamado de Reordenamento dos SCFV.

O processo de Reordenamento teve início com a publicação da Resolução da Comissão Intergestora Tripartite CIT nº1/2013, que além de impactos sobre a gestão financeira dos serviços, traziam também grandes impactos na gestão do trabalho, visando orientar e reorganizar a estrutura das equipes e a metodologia de trabalho social visando melhorar a qualidade da atenção e oferta dos serviços.

Ora, se o reordenamento organiza a oferta para o público que vivencia vulnerabilidades e compõe o PAIF, uma jovem com essas características não pode ser desligada. Logo, o primeiro passo foi incluir sua família no acompanhamento do PAIF. Descobri que já atendia sua mãe, que referiu no passado ter tido muito atrito com a jovem e a mandou para morar com a avó em um beco vizinho. Como a avó não havia procurado o CRAS, precisávamos realizar busca ativa.

Enquanto a questão do cadastramento da família se resolvia no CRAS, houve outra discussão durante outra atividade e a jovem foi desligada do PVJ. Eu só descobriria isso depois de mais de uma semana do ocorrido. A versão que ouvi era que em certa atividade em que se discutia futuro profissional a jovem insistiu em afirmar e debater com a facilitadora que queria ser prostituta.

“A discussão sobre a convivência no âmbito da assistência social passa pelo diálogo sobre o alcance do trabalho social

¹⁸ O Programa de Valorização do Jovem - Juventude e Comunidade, é um programa municipal voltado a jovens de 16 a 21 anos, que participaram de atividades e ações desenvolvidas nos Centros da Juventude e recebem uma bolsa de R\$120,00.

que deve fomentá-la e fortalecê-la. Isto requer dialogar sobre a visão que os profissionais têm sobre os usuários da política e sobre o trabalho que desenvolvem, insere-se num debate político e não somente sobre os instrumentos técnicos. (...) um grande desafio é romper com as armadilhas aprendidas, com o pensamento conservador, que tem como uma de suas manifestações a exigência de cumprimento de critérios formais e, no limite, se manifesta numa atuação com as famílias contaminada de condutas ameaçadoras e impositivas de comportamentos, sem contudo conhecer a dinâmica familiar. Atender a situações mais complexas exige que as políticas definam o grau de compromisso que assumirão na atenção aos usuários.” (TORRES, 2013)

O desligamento do PVJ não exclui a possibilidade de participação nas atividades. Ela deixara de receber a bolsa, mas minha avaliação enquanto técnico do PAIF, após ter atendido e referenciado a avó, é que ela precisava acessar aquele serviço.

Enquanto negociava o retorno da jovem às atividades oficiais, conversando com os facilitadores das oficinas e a equipe do CEJUV, passei a encontrá-la do lado de fora. Todos os dias, nos horários de intervalo e fim das atividades. Perguntei:

- Você não vai entrar?
- Fui expulsa do PVJ.
- E o que tem isso?
- Não posso mais fazer atividade.
- Quem falou? Até onde eu sei o PVJ é o programa de bolsa. Nem todo mundo que frequenta o CEJUV recebe.
- É verdade. Então posso voltar pro Teatro?
- Você quer voltar pro Teatro?
- Vai ter a festa Junina, eu tinha um monte de falas, claro que eu quero.

— E é só pro teatro que você quer voltar?

— Não, tem a galera também e o lanche, mas quero voltar mais pela galera.

Aqui há que se tomar nota de que a atuação não se baseou em trazê-la de volta, mas mapear o jogo de forças que se configurava com a expressão das vulnerabilidades vividas pela jovem e a expressão da convivência que estava sendo produzida pelo SCFV. Ainda que por razões burocráticas ela não voltaria a receber a bolsa, ficou garantida a segurança de convívio.

2. ESPAÇOS-TEMPO SUPERVISÃO

Em meu primeiro dia no CRAS Rádio Clube, cheguei cedo, estacionei ao lado de um resquício de fogueira, à época não sabia que aquele cheiro seria meu maior temor nos anos seguintes. Em frente ao CRAS, do outro lado da rua, na esquina de um enorme muro escolar, os moradores descartam diariamente todo tipo de lixo, além de sofás, armários, cômodas, camas, colchões. Na noite anterior à minha chegada, dado o grande volume de coisas demoradamente não retirados pela prefeitura, atearam fogo.

A relação com o lixo e o fogo marcam esse território. Com o primeiro, basta andar pelas sinuosas pontes de palafitas construídas sobre o lixo que recobre o Rio dos Bugres e com o segundo, os incêndios recorrentes (6 incêndios ao todo nos anos de 2014 e 2015) que afetam de maneira calamitosa a região.

Como já mencionado, além de trabalhar como psicólogo, ao chegar no CRAS uma função adicional foi-me herdada: Acompanhar estágios de 4º e 5º ano de Psicologia da UNIFESP. Havia estudantes estagiando desde o começo do ano e cheguei somente em agosto no serviço.

O termo que designava a função de acompanhar os estágios, desde a minha própria graduação era *preceptor*¹⁹, ainda que *supervisionar* naquele sentido de dirigir, inspecionando (um trabalho); controlar, não me parecesse uma posição ética interessante. Naquele momento lembrava o estágio que eu mesmo havia realizado três anos atrás²⁰. Estava diante de estudantes que foram contemporâneos da minha

¹⁹Embora *preceptor* fosse a única palavra que me ocorresse naquele momento - talvez por minha graduação ser marcada pela grande proximidade com lógica da UNIFESP e o campo da saúde biomédica - nenhum dos sentidos atribuídos pelo dicionário Houaiss me satisfaziam, pois não me sentia como : 1) superior ou comendador de ordem militar; 2) que ou aquele que dá preceitos ou instruções; educador, mentor, instrutor; 3) que ou aquele que é encarregado da educação e/ou da instrução de uma criança ou de um jovem, geralmente na casa deste, e, muito menos me interessava a origem etimológica do termo em latim *praecceptor, óris* 'o que **lança mão de algo antecipadamente**, o que ordena, instrui, mestre', **por via erudita**.

²⁰ Na graduação, minha supervisora de campo também se incomodava com o termo "preceptora", o qual ela nunca havia ouvido falar.

graduação, o que nos separavam eram apenas dois anos de prática e mesmo no CRAS eles estavam há mais tempo que eu, uma vez que havia acabado de chegar.

Reunimo-nos para conversar sobre o que havia acontecido durante o primeiro semestre e o que estava pensando em fazer. Eles haviam feito várias intervenções no ambiente do CRAS e seu contato com o público havia sido realizado através dos grupos do CRAS e alguns atendimentos junto com a antiga supervisora de campo. Ao discutir os planos futuros para o segundo semestre daquele ano, a maior parte das ideias que surgiam eram praticamente adaptações de intervenções e interferências²¹ dos outros territórios.

Sabendo que faltavam aproximadamente três meses para o término do estágio, só pude perguntar a eles:

— Que acham que faltava à sua formação?

Talvez a resposta fosse o que iriam fazer.

Ainda que não tenham dito dessa forma, “fazer atendimento” chamou minha atenção na resposta deles. Não pelo atendimento do indivíduo em si como exercício de uma prática clínica privatista/internalista, mas como lugar de contato, talvez mais precisamente de encontro com a alteridade, e, que esperavam desdobrar essa capacidade necessária em qualquer trabalho futuro.

Naquele momento pensei que seria interessante encontrar/escolher pessoas que os estagiários pudessem acompanhar não para fazer o trabalho técnico do CRAS, mas para que se criassem outras configurações de atendimento – esses novos desenhos poderiam produzir rebatimentos interessantes na assistência, mas naquele momento não sondava isso -, afinal eles decidiram como iriam realizar

²¹ Ver especialmente que a noção de intervenção que “convoca” e pode amarrotar os casos, as experiências. Há delicadezas, principalmente iniciais, há também sustos que interessam, precisa ver a cada vez. Interferências podem “invocar” (não “convocar” militar ou militantemente), são elementos fortemente críticos, já são plásticas, podem ser flexíveis, no sentido que elas podem se colocar a serviço do caso, não amarrotar o caso, elas podem, interessam, quando procuram os diferenciais da situação. Acerca destas questões ver <http://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2014/10/15/interferencias-estetico-conceituais-em-ambiencias-e-questoes-para-pensamento-pesquisa/> Acesso em 06 07 2016

esses atendimentos e era uma possibilidade de invenção de outras formas de acompanhamento no território.

A estagiária Gina²² tinha interesse em trabalhar com o público infanto-juvenil e numa família que era atendida pela psicóloga anterior havia uma jovem com problemas nos encaminhamentos (da escola e do CRAS) ao serviço de saúde mental. Já o estagiário Roberto²³ passou a acompanhar uma senhora mãe de 5 filhos e avó de 5 netos, todos morando na mesma casa que vinha quinzenalmente ao CRAS para retirar vale-transporte para um curso de cuidador de idosos.

Ambas as famílias tinham suas problemáticas e como psicólogo do CRAS iria acompanhar no serviço, houvesse ou não estagiários. Mas acreditei que pudessem acompanhar e aprender com essa experiência. Pois no estágio que realizei durante minha formação, foi importante ter pelo menos um momento dos ditos 'atendimentos'.

Nesse encontro entre os desejos dos estagiários e a possibilidades de produzir outras demandas houve a possibilidade de uma pequena invenção que somente mais tarde chamamos de A.T. Este dispositivo sofreu um desvio em relação a ideia de 'terapêutico' associada ao acompanhamento e com essa hibridez de sentido emergiu um 'acompanhamento no território'.

Nada disso foi premeditado, somente agora a pesquisa me fez retomar esses deslizamentos de sentido e pensar no que disse Emerson Merhy (2013): *No cotidiano do fazer no campo de práticas se está permanentemente produzindo conhecimento, afirmando conhecimentos e agindo tecnologicamente no campo.*

Outra questão é que, somente hoje, retrospectivamente, percebo a grande *produção de oferta* que atravessa o campo da psicologia - e que marca indelevelmente a formação - de/por 'atendimentos individuais'. Pensar um acompanhamento das *singularidades* no território seguindo dores, alegrias e

²² Nome Fictício

²³ Nome Fictício

construindo manejos a céu aberto, foi uma maneira de desviar a dicotomia que é *oferecida e sustentada* aos psicólogos do dito atendimento ‘individual ou social’ – e talvez tenha sido um dos motivos tateantes, nem tão conscientes, da produção deste dispositivo.

A noção natural de indivíduo – que impregna muitas perspectivas em psicologia - supõe a convergência de certo número de singularidades, determinando um fechamento sobre o qual se define uma identidade fixa. A ideia de acompanhar singularidades não respeita a bipartição indivíduo (identidade) e sociedade (social). Na perspectiva da análise institucional quando um território se abre pululando de singularidades anônimas, sutis, impessoais, pré-individuais, coletivas, pisamos finalmente no campo da vida como ela é. Essa foi a aposta do *acompanhamento no território*, um acompanhamento singular e coletivo que não se reduziu a cultura do indivíduo privado. Somente hoje escrevendo e pensando, consigo seguir o que se passou.

O jogo intersticial desta aposta se relaciona ao fato de não ser uma proposta acadêmica formal do estágio, logo não se localizava na universidade, tampouco no CRAS, uma vez que as práticas de atendimento até então empregadas neste serviço limitavam-se às salas de atendimento individuais ou para grupos.

Constituíam-se aqui os primeiros espaços-tempo supervisão.

2.1 – Acompanhamento no Território

O acompanhamento começou com uma visita domiciliar, os estagiários a essa altura já haviam feito mais visitas do que eu, mas não conheciam a família. Eu havia atendido a Josefa²⁴ que me contou que sua filha Léia²⁵ se mutilava e havia tentado

²⁴ Nome Fictício

suicídio recentemente e a escola a encaminhou para o Centro de Referência Psicossocial ao Adolescente, o “Tô Ligado”. Como havia questões de serviços de saúde mental envolvido, achei que seria interessante, ainda que nada fosse obviamente psicologizante ou especificamente para atendimento de psicólogos.

Com os desejos dos estagiários de fazer atendimento, fomos até a casa de Josefa. Era uma casa de 2 cômodos, um quarto-sala com cozinha e banheiro onde moravam 5 pessoas. Pulamos a tábua que fechava a porta e entramos pela cozinha e fomos ao quarto-sala. Josefa insistiu para que sentássemos e após dizer que sua filha não se encontrava em casa, foi logo nos contando porque não foram ao “Tô Ligado”:

— Fiquei sabendo que minha filha teria que ir toda semana lá, e não queria deixar ela ir sozinha, mas também não posso ir junto.

Respondi:

— Talvez a estagiária Gina pudesse conversar com Léia num primeiro momento e se julgarem necessário ir até o serviço juntas.

— Mas a Gina também não vai poder ir toda semana, é ruim pegar ônibus lá pra cidade.

— Talvez pudéssemos ficar só com a primeira parte da conversa. Pode ser aqui no bairro ou no CRAS.

— Ahh, pode ser assim. É bom *conversar com psicólogo*. Anota aí o telefone dela.

— Avisa ela que viemos aqui e que a Gina vai entrar em contato com ela.

Gina anotou o telefone e se comprometeu a ligar na semana seguinte. Apesar de ter sugerido que o atendimento fosse no CRAS, sabia e apostava que

²⁵ Nome Fictício

acontecesse em outro espaço, pois reforçava a todo instante aos estagiários que não era para realizarem o meu trabalho e sim inventar um jeito deles com os acompanhados.

Após alguns telefonemas caírem na caixa postal, o encontro é marcado. Não na praça em frente à casa da adolescente, mas numa maior, no ponto final dos ônibus.

“Cheguei à praça cerca de 10 minutos antes do combinado. Ressalto que no caminho lembrei que a psicóloga tinha comentado que ali na praça era um ponto de tráfico forte, e por isso passei no CRAS para pegar o colete, minha idéia não era ficar com ele, mas era usá-lo apenas para a identificação num primeiro momento e depois tiraria. Quando cheguei caminhei pela praça, e de inicio pensei que ali não seria um bom lugar para o encontro, porque ela era muito grande e com muitas saídas pra muitas ruas, e talvez fosse difícil encontrar alguém que eu ainda não conhecia. Por sorte as quadras estavam vazias, e a praça estava pouco habitada.

Estava escolhendo um banco para sentar quando fui interpelada por um homem, “ow menina, você é da dengue?”, disse que não, que era da Assistência e olhei para o colete, para que ele identificasse de onde era, disse que ia encontrar com uma menina na praça, mas que ela ainda não tinha chegado. Ele então perguntou se a menina estava grávida, e disse que pelo que eu sabia ela não estava não, “é que vocês sempre falam com as grávidas”. Não entendi bem esse comentário, mas disse que aquela não era grávida. Acredito que ele tenha me confundido com agente comunitária (que usam coletes da mesma cor) e que geralmente fazem acompanhamento de grávidas nos territórios” Trecho de diário de campo – Estagiária Gina.

Apesar do aparato imunitário (o colete/identidade de profissional) ser colocado em cena, a situação de exposição vivida pela estagiária numa praça pública muda a dinâmica da praça que passa a atrair olhares até o momento que retira o colete e se entrega à comunidade com a chegada da adolescente Léia.

Logo no primeiro encontro, ainda que um contrato frágil fora estabelecido, questões sobre o sofrimento da jovem e suas tentativas de suicídio foram tratadas no atendimento:

A conversa fluiu muito bem, me impressionei com a forma direta com que ela contou seus episódios de sofrimento, aparentava segurança na fala, contava como havia feito as coisas e porque, mas disse que ainda sentia esse sofrimento, e que não era feliz o tempo todo, que sempre tinha uma angústia, mas que às vezes ela aumentava muito, e quando ficava muito forte, aí ela se machucava. Ficamos conversando por cerca de uma hora e meia na praça, constantemente olhando nos olhos uma da outra, e trocando assuntos. A conversa foi muito interessante, e quando sugeri que fossemos embora para que ela não se atrasasse, ela relatou que tinha gostado muito do encontro e que poderíamos repetir mais vezes, que tinha sido muito bom conversar comigo, porque ela tinha falado muitas coisas que ela não falava pra ninguém, nem pra mãe. Trecho de diário de campo – Estagiária Gina.

Enquanto este acompanhamento se desenrolava, discutíamos no CRAS as estratégias para os próximos encontros e possíveis encaminhamentos, uma vez que havia uma demanda inicial para acompanhamento na rede. Aqui inicia a ideia de sair da praça. O Centro da Juventude da Zona Noroeste – CEJUV-ZNO, enquanto unidade que executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, fica a duas quadras da praça onde as duas se encontraram.

Através da criação desse dispositivo, que permitiu mapear diversas desproteções e proteções vivenciadas pela família da jovem, podemos apostar na convivência como ferramenta ético-política na transformação das sociabilidades vividas pela adolescente. Partimos para essa aposta em vez de seguir imediatamente com o encaminhamento ao serviço de saúde mental.

Uma grande questão que surgiu a partir das conversas era que Léia era responsável pelo cuidado de seus irmãos menores, apesar de ter 14 anos, era a irmã mais velha e esse tipo de informação não aparecia nos atendimentos realizados à sua mãe no CRAS. Porém como ela participava mensalmente de encontros promovidos no CRAS, trouxemos a questão do trabalho infantil para discussão coletiva com usuários. Mas mesmo essa estratégia não funcionou, haveríamos de tentar outra abordagem no futuro.

Demorou para que houvesse uma segunda aproximação, a estagiária que já havia ligado diversas vezes para acertar os detalhes do encontro estava impaciente no CRAS:

- O que eu faço se ela não aparecer?
- Faz uma visita à casa dela.
- Mas eu já mandei mensagem. Não vai ser muito invasivo?
- Nesse trabalho a visita é um recurso importante de acompanhamento, uma ação vai completando a outra, mas você decide.
- Mas fico pensando se não é ir longe demais. Talvez eu ligue de novo quando chegar a hora.
- Bom, você sabe o endereço, fica aqui no fim da quadra.
- É. Acho que vou na casa mesmo.

Cheguei e a porta estava aberta, cumprimentei a mãe e perguntei se a Léia estava. Ela pediu pra eu entrar, entrei e cumprimentei seus outros 3 filhos. A Léia saiu do banheiro e me cumprimentou, disse que já tinha reconhecido a minha voz só quando eu disse Oi na porta. Falei que queria saber como ela estava, porque não tinha tido nenhuma notícia dela, ela não tinha respondido as minhas mensagens. Ela se desculpou e disse que as mensagens não haviam chegado no dia, mas que estava bem. Sugeri que fossemos caminhar um pouco e conversar, ela topou na hora, e Josefa falou para irmos enquanto ela preparava o almoço e cuidava dos filhos. Enquanto Léia colocava uma roupa para sair, Josefa me servia um café. Trecho de diário de campo – Estagiária Gina.

Por conta dessa estratégia ter iniciado em meados de setembro e o com fim do semestre se aproximando, o acompanhamento de Léia, após a saída da estagiária, não teria sequência nos mesmos moldes. No CRAS ainda estaria acompanhando a família, mas não teria possibilidades de um AT.

No período de férias escolares o Centro da Juventude realiza diversas atividades, era uma boa hora para reforçar o convite/encaminhamento feito durante as caminhadas com a estagiária, bem como tratar de assuntos como o trabalho infantil no cuidado de seus irmãos menores.

Eis que durante uma visita domiciliar, após ter se encerrado o estágio, encontro Léia em casa cuidando de seus irmãos. Ela disse que sua mãe logo voltaria e que ela não tem mais pedido que ela cuide dos irmãos. Léia perguntou sobre a estagiária e demonstrou saudades. Refiz o convite para que ela frequentasse o CEJUV, insistindo na programação de férias e me despedi. Voltei na mesma tarde e encontrei a mãe a quem orientei sobre os riscos de deixar os filhos em casa e reforcei a importância do Serviço de Convivência:

- Ela precisa frequentar, para dar sequência no acompanhamento que ela fez com a estagiária.
- Ah, mas quando que acontece isso? É todo dia?
- Todo dia tem atividade, mas ela não precisa ir sempre, algumas vezes por semana é importante.
- E tem bolsa? Ajuda de custo? Benefício?
- Só quando ela fizer 15, falta pouco. Mas mesmo assim é importante, agora mesmo vai começar atividade de Hip Hop, nessas férias vão pintar o muro do CEJUV.
- Ah, vou mandar ela então.
- Porque não vamos agora, eu estou indo pra lá, quem sabe não vamos caminhando junto.
- Vou ver se ela quer.

E assim se deu o último Acompanhamento no Território. Não houve a mesma abertura como no primeiro encontro com a estagiária na praça. Talvez a postura técnica tenha sido impositiva por um lado, artificial, com certeza. Mas o sorriso que vi

aquele dia, e os que viria a ver por quase dois anos seguidos, acompanhando agora só de longe, graças ao trabalho da equipe do Centro da Juventude, teriam enfim valido a pena.

Uma caminhada ao modo do AT, realizei somente, mais uma vez, durante o tempo em que trabalhei no CRAS. Aconteceu em situação semelhante, principalmente por conta da proximidade das desproteções vivenciadas por outra família. Não afirmaria que essa prática se estabeleceu por causa do estágio, muitas coisas se constelaram para que esse trabalho ocorresse. Existem muitos técnicos que realizam encaminhamentos assistidos, mas não foi deles que lembrei ao convidar outro jovem para uma caminhada até o CEJUV.

2.2 – Clínica Comum e Narrativas

Enquanto a Estagiária Gina realizava o Acompanhamento Territorial, o estagiário Roberto que não estava fixo em um CRAS, mas navegando entre os três CRAS da Zona Noroeste e acompanhando à gestão em alguns processos, decidiu ancorar uma vez por semana no Rádio Clube.

Como dito anteriormente, atenderia a uma família bem grande, composta por 11 pessoas. Uma avó, que seria acompanhada, 5 filhos e 5 netos. A proposta para o acompanhamento pelo estagiário veio após um momento um tanto quanto embaraçoso para mim. Aparecida²⁶, vinha ao CRAS para retirar vales-transportes para realizar seu curso às terças e quintas e o fazia a cada 15 dias às segundas-feiras. Quatro cartões era uma quantidade bem pequena de cartões. Em meu segundo atendimento à esta senhora perguntei se ela não queria aumentar a quantidade e retirar as 16 passagens uma vez por mês. E ouvi: “Não, senão não tenho com quem conversar a cada 15 dias. Melhor a gente se ver mais”.

²⁶ Nome Fictício

Esse foi um de meus maiores aprendizados como trabalhador da Assistência. Não subestimar os encontros neste lugar onde os recursos materiais parecem calar certas demandas. Se eram encontros que lhe interessavam, por que não a ampliar para o estagiário navegador? Combinamos, e, logo ela reconheceu Roberto que não se lembrava de ter visitado a casa de Aparecida na primeira semana de estágio, enquanto fazia rodízio para conhecer os territórios. Entre memória e esquecimento o contrato foi facilitado e deslizando.

No primeiro dia em que foi atender individualmente, com a porta fechada na sala de atendimento, fiquei angustiado. Não tinha certeza do que aconteceria, preferi não interferir.

Semanas antes, durante a construção do contrato para ser atendida pelo estagiário, Aparecida havia feito muitas perguntas no atendimento e estava parecendo que havia gostado de falar por quase uma hora, diferente do habitual ritual de entrega de vales transportes.

Vi Roberto chegar cedo, mais arrumado que o de costume, mais ansioso que o comum, perguntando-me se estava tudo certo e se confirmei o atendimento para aquele dia naquela hora. Respondi:

—Ela não vem só pelos vales-transporte, já aprendi isso com ela, com certeza virá!

Eis que Aparecida chega ao serviço e aviso Roberto Havia dito à Aparecida que hoje não iria atendê-la e como combinado Roberto o faria. Ela assentiu e seguiram para a sala. Daí para frente, nem consegui trabalhar – hoje ao escrever, sorrio –, aproveitei para ficar na recepção. Só aguardava a saída e ela demorou bastante, mais de uma hora - “Cuidado com a técnica!” teria alertado uma antiga colega de trabalho na Saúde Mental. Ao fim e ao cabo, nesse dia, encontrei outra sobriedade.

Apesar de tentar me ocupar ao ir para a recepção, não conseguia desligar-me da sala onde os deixei, quase sem diretriz. Era como se tivesse certeza de que daria certo, mas ainda assim preocupado em tê-lo atirado na sala, como quem atira um gladiador em uma arena *contra* leões.

Quando saíram risonhos fiquei bastante aliviado e perguntei a Aparecida: Você volta? Ela confirmou com um gesto e se foi.

Encontrei um Roberto suado, preocupado e cheio de coisas para me dizer:

— Então, eu não sabia o que fazer! Falei logo no começo que nunca tinha atendido ninguém. Ela não acreditou, rimos e continuamos.

— Mas continuou com o quê?

— Me apresentei de novo, ela também, logo perguntou sobre INSS e faculdade.

— E respondeu o quê?

— Ora... que não sabia... mas entrei na internet para ver se o site do INSS podia resolver as dúvidas dela. Ajudou bastante.

— E o que ela queria saber sobre Faculdade? Ela quer prestar vestibular?

— Não, ela disse que tem muitos filhos e os mais novos entre 20 e 17 anos poderiam prestar. Falei sobre o Cardume²⁷ e que eles devem ter isenção da inscrição para o vestibular.

— Não sei sobre o Cardume, é um cursinho?

— Sim, tenho colegas que dão aulas lá, não tinha no seu tempo - sorriu. Tem mais uma coisa que eu queria falar.

— Pode falar,oras.

— É que moram onze pessoas na casa da Aparecida e esse mês ficou difícil a situação, ela perguntou se poderia colocar ela na lista da Cesta básica?

²⁷ Cursinho Popular Cardume é um projeto de curso pré-vestibular comunitário para estudantes de baixa renda construído e sustentado por estudantes e professores da UNIFESP -BS.

— E o que você acha?

— Eu acho que precisa!

Em seguida abri a lista de espera da cesta e coloquei o nome dela seguido da observação: “Avaliação do Estagiário Roberto”. Ele disse:

— Você vai deixar assim?

— Mas você não avaliou?

— Eu acho que faria bastante diferença, mas é assim?

— Eu não estava na sala e confio na sua avaliação.

Acredito que Roberto não esperava uma resposta positiva. Talvez por conta dos recursos de benefícios eventuais como a cesta básica, serem escassos, ou ainda por considerar um pedido durante uma conversa, motivos insuficientes. Acredito que ao denominar seu pedido como “avaliação” tomou um peso grande, mas até certo ponto reconfortante.

Acredito que houve um grande deslocamento das relações de poder-saber²⁸ presentes na desconfiança de Roberto em relação à sua avaliação e o desfecho após a conversa comigo.

A ansiedade que Roberto apresentou no começo desse dia parecia ter-se dissipado, uma parte nos risos descontraídos no fim do atendimento, outra no alívio de imaginar ter contribuído para resolução de muitas demandas como a faculdade, o INSS e a fome. A ansiedade que eu apresentei seguia o mesmo rumo.

²⁸ Segundo Michel Foucault (2006) toda forma de saber é também uma forma de poder. Segundo o autor, há uma constante produção de verdades na sociedade mundial, e essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder que as tornam possíveis, pois que essas produções de verdades têm, elas mesmas, efeitos de poder.

Ainda que a tranquilidade após o atendimento tenha se dado pela sensação de êxito sobre o terreno misterioso que se apresentava antes do mesmo, as mesmas questões continuavam sendo trazidas por Aparecida.

Os atendimentos aconteceram até o final do ano, quando haviam acabado não só o estágio e a graduação de Roberto, como o curso que levou a todo esse processo de Aparecida com os vales-transportes. Talvez a turma de estagiários não daria continuidade no processo. Talvez Aparecida não voltaria a procurar o CRAS após o término de seu curso.

No fim, aconteceu ambos. Aparecida continuava em acompanhamento, mas o falecimento de sua mãe, a vinda de um irmão deficiente para sua casa e principalmente o nascimento do quarto neto de sua filha mais velha e o atrito gerado por isso, reconfigurou o acompanhamento que deixou de contar com os atendimentos no espaço físico do CRAS.

No segundo semestre do ano seguinte, uma nova possibilidade surgiu para reaproximar a família ao CRAS. Os estudantes do segundo ano da UNIFESP no eixo Trabalho em Saúde, precisavam produzir narrativas de história de vida dos usuários. Por conta da familiaridade com a proposta da universidade e proximidade de algumas famílias no território, me ofereci como orientador e por uma casualidade surgiu a de Aparecida.

No dia saímos para que os estudantes tivessem o primeiro encontro com os narradores. Acontece que por conta do incêndio que ocorreu no território, algumas famílias se mudaram, e outras duas tentativas, os planos B e C falharam. Somente uma dupla iria ficar sem narradores. Até que no meio da andança encontro Luana²⁹, uma das filhas de Aparecida, aquela com quem ela mais tinha atrito.

Ela estava na calçada, em frente sua casa, por parecer-se muito com sua mãe, a reconheci na mesma hora:

²⁹ Nome Fictício

- Bom dia ! Você é a Luana, filha da Aparecida?
- Sou sim, e quem são vocês? (Estávamos em 5 – Eu, dois professores e dois estudantes)
- Eu sou Bruno do CRAS, serviço onde sua mãe vai sempre? Sabe?
- Ah sim! Ela fala bastante do CRAS, que vai nos grupos e tal. Mas o que vocês querem?
- Queria saber se ela está em casa? Eu comentei um tempo atrás que talvez viessem estagiários pra conversar com ela. Não consegui avisar antes mas hoje estamos aqui.
- Ela não tá. Mas é conversar sobre o que?
- Elas (me referindo às estudantes) estão no segundo ano da faculdade e vieram pra escutar a história de vida da sua família e escrever junto com vocês a história.
- Ah, mas ela não tá e eu não vou subir agora porque estou esperando uma amiga.
- A história seria da sua família, você conversaria com as estudantes, pode ser aqui na calçada. Pode ser até a hora que der, na próxima vez combinamos com a D. Aparecida.
- Só se for aqui mesmo na rua, pode ser?

As estudantes confirmaram e me afastei junto dos professores.

Dos 4 encontros para construção da narrativa, somente um teve a presença de Aparecida. Luana acabou sendo a narradora principal e a narrativa trouxe um grande impacto no atendimento que se seguiu. Acabou por formar um elo de ligação do CRAS com a filha que nunca comparecia no serviço.

Ao acabar os encontros, Luana procurou o CRAS. Iniciou um processo de acompanhamento, frequentava os grupos mensais, passou a fazer um curso e um dia, em atendimento para retirada de vales-transportes disse:

- Nunca achei que estaria fazendo as mesmas coisas que a minha mãe. Desde que ouvi alguém contar a minha própria história, as coisas mudaram. Não tinha como saber que eu chegaria aqui. Obrigado.

2.3 – Risco de Abertura

O estagiário Vladimir³⁰ ficou a semana toda à procura de uma senhora idosa do Ceconv, que havia conhecido num grupo e estava interessado em acompanhar esse processo desde o encaminhamento inicial do CRAS até a chegada no CECONV.

Quinta de manhã, lá estava ele, mochila nas costas à procura da senhora: Em vão. Ela não compareceu. Então ele voltou ao CRAS sem planos, perguntando-me:

- Posso te acompanhar?
- Mas eu estou fazendo relatórios, não tem nada de interessante e de tarde tenho uma reunião de chefias que você não pode ir.
- Mesmo assim, tudo bem eu ficar no CRAS pela manhã? Aí de tarde eu vou embora, não teve muita coisa útil hoje.
- Claro, vou almoçar daqui a pouco, podemos almoçar juntos e ir conversando sobre o estágio.
- Ótimo.

³⁰ Nome Fictício

Durante o almoço recebo uma mensagem da responsável pelo CECONV, dizendo que o grupo de crianças não ia contar com o facilitador aquele dia, e se ela poderia dispensar as crianças, uma vez que sozinha não daria conta de muitos espaços. De imediato pensei em Vladimir. Ele estava tentando se aproximar bastante do CECONV, mas com pouco sucesso. Estava aí mais uma chance, a chance de “sentir-se útil”:

- -O facilitador não atendeu o telefone, parece que vai se atrasar no grupo de crianças que começa daqui a pouco. Você iria dar uma força para a equipe do CECONV, até que ele chegue?
- Vou, mas eu faço o que?
- É um grupo de crianças de 7 a 12 anos. Chegando lá você inventa alguma coisa com eles. Pode ser? Vou avisar a Operadora do CECONV.

Após o aviso por telefone, a Operadora Social agradeceu e me desejou boa reunião, eu desejei boa sorte, e pedi para que cuidasse bem do estagiário, que eu sabia estar colocando-o em risco, de abertura.

Minha internet não estava boa aquele dia, só ao chegar em casa recebi as mensagens do estagiário:

“Sabe aquela senhora que falei que deu tudo errado pra encontrar de manhã antes da visita? Encontrei ela agora no Ceconv. O Facilitador não apareceu, tive que criar uma atividade do nada. Mas foi bacana, foram 5 garotos e eles se interessaram por xadrez, vai vendo. ”

A aposta que consistia na exposição à precariedade dos serviços sem planejamento, provoca aberturas e nos apresenta uma possibilidade de aprendizado para o estagiário na direção indicada pelo movimento institucionalista quando este afirma que se trata de transformar para conhecer, e não de conhecer para transformar a realidade.

Em uma visita posterior na semana seguinte, após outra ausência do facilitador, encontrei os garotos que me perguntaram:

- Você que é o “tio do CRAS”?
- Como assim tio do CRAS? Vocês já foram no CRAS?
- Nossos pais vão, mas o “tio do Xadrez” já tinha falado de você.
- Que tio do Xadrez, o Vladimir?
- É, ele precisa voltar. Quando o facilitador falta é legal que a gente fica livre, mas às vezes não tem ninguém pra ensinar esses jogos que tem aí³¹.
- Hoje o facilitador não vem de novo, mas eu não sou bom de Xadrez. Vocês sabem rodar esses piões aqui, com fieira?
- Isso aí não dá não, a gente só sabe rodar aqueles de plástico. Você sabe? Mostra pra gente!

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar espaços-tempos, mesmo de superfície e de volume reduzidos. (...) É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e de povo (DELEUZE, 1992b, p. 218).

³¹ No Ceconv há uma biblioteca de jogos lúdicos e educativos para auxiliar nas atividades de convivência.

2.4 – Coletivo Imunitário e Comunitário

Outra turma de estagiários chegavam: Dez estagiários (3 estudantes de quinto ano e 7 do quarto ano) com muita vontade de vir para o estágio na assistência além de muito entrosados dentro e fora do estágio. Cada visita dos estagiários era uma festa, estavam sempre em bando, no mínimo 3 em cada CRAS, quando não haviam 6 ou 7. Nas primeiras semanas chegou a acontecer uma reunião de rede com mais estagiários do que profissionais.

Primeira festa, era dia de conhecer o território, entrar na van e vão - percorrer os labirintos não mapeados da favela. Não mapeados por nós, estrangeiros, mas muitíssimo tateados para os moradores, até mesmo os pequenos guias que mal saíram da fralda sabem percorrer cada metro de madeira, seguros a cada curva. Os becos são numerados nos Caminhos, são logradouros. Uma entrada de beco é numerada e cada casa ali dentro recebe (ou não) uma numeração.

Andar por esse território, expor-se, é quase um rito de passagem aos estudantes, sempre atentos a tudo, e quanto mais atenção, mais direcionam o olhar com suas experiências prévias e mais elas se desencaixam, produzindo realidades no território e em si.

Procurávamos uma casa pelo endereço indicado, portanto cuidamos de prestar atenção na numeração dos becos e dos barracos. Uma estagiária se perdeu na procura, e, perguntou como é que estávamos conseguindo identificar onde ficava cada casa. Outro estagiário, em sua caminhada distraída, responde: "aqui as ruas têm um lado par e outro ímpar, **igual em casa de gente de verdade**³²".

³² Grifo meu.

*Percebi que tornar-me profissional da Psicologia é, antes de tudo, investigar os caminhos que me formam, e que produzem em mim crenças, preconceitos, promessas, desassossegos, alegrias e irritações. Nesta minha simples frase de " aqui as ruas têm um lado par e outro ímpar, igual em casa de gente de verdade ", percebi que ao falar **sobre** as casas, eu inventava um certo olhar **sobre** elas. A forma como falo **sobre** as coisas cria e inventa um saber (e, necessariamente, um fazer) sobre essas coisas, **sobre** o mundo, 'sobretudo' (Trecho de diário de campo, estagiário Jonas. Grifo meu)*

Esse “refletir **sobre**”, problematizado pelo estagiário, em relação ao enunciado: **igual em casa de gente de verdade**, ajuda a pensar que ele produz uma analogia, uma espécie de metáfora em que o modelo é: “gente de verdade”. É frequente nas naturalizações cotidianas trabalharmos com a semelhança e a analogia com ‘o’ modelo. Então, por exemplo, o time do Santos se move no jogo como o peixe se move no mar. O modelo é o peixe no mar. A metáfora/analogia transfere a indagação efetiva da coisa – no nosso caso *essas gentes* das palafitas -, mas neste caso é o time do Santos se movendo no jogo, para um outro andar, modelador, que é o peixe no mar. Porque o fundo da metáfora é analogia com algo, possui equivalência com algum modelo. Essa noção de metáfora/modelo perde uma coisa pela outra, um mundo por outro, um **sobre** o outro, amarrotando-o. Então, quando encontro nos diários de campo e outros escritos a expressão “como” em excesso, tal coisa é como “tal outra”, isso já é uma questão clínico-política. Então, Platão adoraria essa ideia de “gente de verdade” porque ela é o modelo garantido e quem não é essa gente, está na falta em relação ao modelo.

Feita essa digressão mais densa que interessa pensar e pesar com a experiência, o jogo continuou e era mais um dia de festa, hoje: Cinema. Seria uma discussão a partir da exibição do filme “Hoje eu quero voltar sozinho”, que retrata a história de um adolescente em uma série de encontros comuns a esse momento da vida. O filme aborda assuntos como sexualidade, primeiro beijo, preconceito e etc. Até aí tudo bem, filme nacional, discussão que todo grupo de adolescentes faz inclusive nas conversas de corredor e que geralmente são acaloradas, vai ter bastante conversa.

Após o filme os estagiários sortearam perguntas que eles mesmos escreveram em pedaços de papel, misturadas às perguntas dos adolescentes. E antes mesmo de começarem ouviram: “Posso sair? Odiei o Filme! ”. Apesar do choque, o jovem foi convencido a ficar. E a cada discussão, repulsa, ódio, nojo e raiva afloravam no sentido oposto ao planejado:

“Participar dessa discussão sobre o filme foi, pessoalmente, pesado para mim, no sentido de dificultar que eu me colocasse “profissionalmente” na discussão desde o início. Considerando o ódio que os comentários sobre o assunto tinham, a intensidade que com eles apareciam na conversa, e a hegemonia desse tipo de discurso, por alguns motivos eu me senti silenciada e angustiada, com a sensação de que estar naquela conversa não fazia sentido, com a sensação de que seria inútil me colocar também.

*Foi difícil acompanhar a discussão, “coordenar” a atividade com os meus colegas, e viver essa experiência ao mesmo tempo. **Preconceitos costumam me atropelar e me desorganizar, geralmente no sentido de me dar fôlego e ânimo para lutar contra eles.** Nesse dia foi diferente, por razões que eu desconheço. Sendo assim, inicialmente, silencieei.” (Trecho de diário de campo, Estagiária Clarice)*

Agradecemos a presença deles no final e saí com a sensação de dever cumprido. Por mais difícil que tenha sido, conseguimos fazer o que havíamos planejado, mesmo com tantos obstáculos. (Trecho de diário de campo, Estagiária Mônica)

Quando recebi os diários de campo durante as férias, fiquei imaginando quanto assunto teríamos para discutir na próxima supervisão, de como foi uma experiência mobilizadora para todos. Pensei em textos, outros filmes em sequência e muitas ideias.

Novamente uma festa quando eles retornaram ao CRAS na semana seguinte, eu havia acabado de retornar de férias, colocamos o papo em dia e falamos sobre os últimos eventos, e perguntei:

— E agora, falta 2 meses para acabar o estágio, que vão fazer?

- Organizar a festa de Natal e fim de ano do CRAS! A assistente social Renata falou que sabe assar pernil muito bem, e estamos pensando em fazer no CEJUV.
- Mas tem outras coisas no CEJUV e a atividade do filme, não vão dar sequência?
- Tem muita coisa para pensar na festa, além disso estamos pensando numa exposição multimídia de todos os estágios para os funcionários, a coordenadora escolheu um dia para isso em dezembro.
- Sim, mas então esqueçam a festa, vocês precisam dar seguimento à atividade com filme! Foram lá, jogaram um monte de bomba e vão deixar assim?
- Pode ser então. Precisamos pensar algo para fazer.

Hoje penso que dar seguimento à essa prática, implicaria menos *imunidade* e mais *comunidade*, os estagiários jogaram com uma gama de desassossegos e foi difícil sustentar a continuidade quando mexeu com os lugares estabelecido de cada um. Construir um trabalho, portanto, passa por habitar em ato este lugar difícil e menos defendido – em que o estranhamento é vivo e não mais uma moda ou culto aprendido na universidade – de abertura à diferença, desassossego, desacordo, mesmo quando nos consideramos próximos destas questões.

“Aconteceu algo desagradável que já aconteceram outras duas vezes, mas dessa vez me incomodou mais talvez por estar irritada. Toda vez que chego ao grupo de jovens alguém solta um comentário do tipo: “olha, a namorada de fulano chegou!” Eu sempre finjo que não ouço, até porque não tinha certeza se era comigo, mas como já aconteceu três vezes na minha presença eu tive certeza. O ruim é que não sei o que fazer, não sei se continuo fingindo que não é comigo ou se eu pergunto, mesmo que em tom de brincadeira. O fato é que isso está me incomodando e por mais simples e sem importância que pareça, eu não sei bem como lidar com isso.” (Trecho de diário de campo, Estagiária Mônica)

Talvez, tudo isso passe também por manter-se constantemente à espreita, buscando perceber quando nos habita este “desejo de pureza profissional” não preconceituosa. Em encontros recebemos cargas perigosas e somos com frequência atravessados por todo tipo de forças – de servidão, de fuga, ativas, de abertura, de plenitude, reativas, neuróticas, gregárias, micro-fascistas, militantóides e etc. Uma das possibilidades é manter uma espécie de “guerrilha contra nós mesmos”, isto é, contra o “empreiteiro” em mim - com muitas obras por empreitar, produzir cidadania e corrigir nos serviços da assistência – contra o “melhorador” do outro em mim, o missionário em mim, o retificador em mim. Porém, uma abertura aos mundos e à multiplicidade de forças que os compõem e decompõem – que Nietzsche talvez chamasse de grande saúde – não está dada de antemão. Faz-se necessário produzi-la.

Em relação a isto, Roberto Esposito (2010) fala da tensão entre o que denominou *communitas* e *immunitas*:

se a communitas é aquela relação que, vinculando os seus membros a um objetivo de doação recíproca, põe em perigo a identidade individual, a immunitas é a condição de dispensa dessas obrigações e por conseguinte de defesa ante os seus esforços expropriatórios. (p. 80)

Esposito (2006) sublinha que a imunização em doses elevadas é o sacrifício do vivente, quer dizer, de qualquer vida qualificada, em nome da mera sobrevivência³³. É nesta tensão de hospitalidade-hostilidade-vida-sobrevivência-comum-imune que pode se produzir, em alguns momentos e talvez não em outros – e certamente não sempre – as aprendizagens um corpo de estagiário que não se

³³ Frases transcritas da palestra de Roberto Esposito Filosofia e Biopolítica, realizada na cidade de Buenos Aires no dia 25 de setembro de 2006 e traduzidas por Marcos Vinícius Xavier de Oliveira. Disponível em: <http://hemisphericinstitute.org/hemi/pt/e-misferica-101/esposito>. Acesso em 12/10/2015. O texto integral da palestra foi publicado na revista *ethic@* - Florianópolis v. 9, n. 2 p. 369 - 382 Dez. 2010. Ver também o capítulo “Paradigma imunitário” In: Bios. ESPOSITO, R. Edições 70. Lisboa, 2010.

defenda tanto (pois já um tanto contaminado) do que não localiza como pertencendo “a si” - apesar de sabermos que muitas coisas e mundos nos atravessam sem que possamos precisar ou pretensamente “escolher”- e que possa abrir espaço para a construção de um trabalho comum.

*“Durante a manhã ocorreu à supervisão acadêmica de estágio. Não sei direito qual era o contexto, mas acabei soltando que o CRAS está um caos por causa da mudança para o prédio do CEJUV e por causa da obra que está acontecendo no mesmo. Acabei reproduzindo sem perceber o que eu estava ouvindo dos técnicos e funcionários: que lá não dava para trabalhar já que os computadores não funcionavam; que não dava para atender a população porque não tinha espaço; que só voltariam a atender quando tivessem condições para isso, como lugar limpo, sem presença de insetos e com segurança, já que os fios estavam em todos os lugares sem oferecer um mínimo cuidado para quem passava. Quando acabei (...) eles (os professores) foram falando muitas coisas, mas sinceramente eu acho que não ouvi todas, pois eu estava em um processo de me dar conta de quanto imersa eu estava **nessa realidade**³⁴. De como eu tinha sido ‘contaminada’ com os afetos, que estavam bem aflorados depois da mudança. Ocorreu um insight e eu entendi que eu precisava sair e voltar para meu papel de estagiária, que precisa estar com um pé dentro e um pé fora, não com os dois dentro. Esse acontecimento me fez entender de fato qual a importância da supervisão tanto acadêmica quanto local, ou ainda, seja enquanto estagiária ou como profissional. ” (Trecho de diário de campo, Estagiária Mônica)*

Nos estágios, somos de algum modo intrusos nos serviços? Algo de intruso nos invade em nossas concepções, éticas e políticas de aprendizagem intersticiais? Tendo a entender que a formação/supervisão em geral tenta dar conta de produzir aberturas aos territórios e às vidas que os habitam. Será que o faz também em relação preconceitos com que nos encontramos nestes caminhos, ou tendemos a erguer barreiras contra eles? Parece haver *antagonismo* (isso contra aquilo que é “eles”) e também *agonismo* (um embate de forças, sem o jogo da oposição) em nós.

³⁴ Nessa produção específica de realidade. Grifos meus.

Então, como podemos gerar imunidades mais frágeis nos serviços, na formação, na universidade, em nós?

Em entrevista ao programa da televisão chilena *Por una Nueva Belleza*³⁵ o pensador Jean Luc Nancy reivindica uma imunidade mais frágil e abertura: “(...) talvez um pouco essa seja a tarefa atual de pensar (...) como podemos gerar imunidade mais frágil? Para poder suportar esses intrusos que estamos injetando permanentemente no contemporâneo?”.

Em meio a esses problemas de comunidade e imunidade, parece-me que aquela dificuldade com os estagiários e o filme, foi mais do que simplesmente conflito de agendas, ou dificuldades de comunicação (minhas férias), ela enuncia, talvez, diferentes mundos de visão e posicionamentos ético-políticos, muitas vezes extremamente difíceis de aproximar e sustentar.

Há, por vezes, muita imunidade em nós³⁶, o que pode provocar reações inflamadas de desejo de, se possível, aniquilamento do estranho em nome da militância mais politizada. Em caso de impossibilidade de aniquilamento, uma saída possível (e, talvez, comum no trabalho com os jovens da ZN), é o fechamento para aquele mundo. Talvez se evitarmos buscar uma idealizada convivência harmoniosa total “que um dia virá”, poderíamos tentar construir momentos de coexistências não harmoniosas, porosas em relação a outros modos de vida. Não colonizar o diferente, mas tentar montar dispositivos que abrissem poros em que se poderia produzir algo comum, mesmo que por pouco tempo, de forma episódica.

2.5 – Corpo entre Potência e Impotência

“É curioso como não sei dizer quem sou. Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer. Sobretudo tenho medo de dizer

³⁵ Entrevista em vídeo com Jean Luc Nancy disponível in: <http://www.youtube.com/watch?v=St6f6-Sy0Hk> Acesso em 09/10/2015.

³⁶ Cf a análise de Esposito, R. Bios: biopolítica e filosofia. Trad. M. Freitas da Costa. Lisboa: 2010.

porque no momento em que tento falar não só não exprimo o que sinto como o que sinto se transforma lentamente no que eu digo."

Clarice Lispector

"O estágio já havia acabado para Eric, logo, nosso encontro não se tratava de uma supervisão, nem havia a relação supervisor-estagiário, éramos de fato colegas de profissão, quando perguntei:

"O que você diria que foi mais memorável no seu estágio? "

"Apesar de todas as armas de fogo visualizadas, apesar de caminhar numa ponte coberta de cinzas e ainda por cima molhada de chuva, sem nada ao redor para eu me apoiar, acredito que foram dois extremos vivenciados:

Primeiro, o da impotência, quando do relato de uma usuária sobre uma ação policial ocorrida no dia anterior. E após seu relato, num grupo que também discutiu àquela violência, que eu só consegui ouvir e chorar junto, sem muito poder fazer. Mas daí me proponho a registrar por escrito o relato dela, num movimento desesperado meu por algo para fazer. Mas pensando agora, talvez isso de convidá-la a escrever e propor um encaminhamento (para as Mães de Maio³⁷, que não obteve resposta) possa ter produzido efeitos clínicos no sentido da elaboração daquela angústia por parte dela.

E o segundo, o momento da entrega da narrativa que produzi após acompanhar uma mãe que quando a recebeu, começou a chorar e disse que pensou em raspar a tatuagem do S do Superman que tinha no braço porque a fizeram acreditar que ela não merecia."

Em relação ao dito pelo egresso Eric, poderíamos pensar que muitas vezes queremos levar a luz da universidade e da assistência, e, é essa modalidade viril que nos estágios se vê revirada ao avesso, em cada encontro e nos dispositivos em que se enreda. Os contornos de uma psicologia na assistência se veem desmanchados em meio a esses esgarçamentos e tropeços. E não se trata do velho enunciado acerca do dito *papel do psicólogo* na assistência, como se houvesse um

³⁷ O Movimento Mães de Maio é um coletivo formado pelas mães e familiares das vítimas de violência policial, executadas na retaliação aos ataques do Primeiro Comando da Capital - PCC em maio de 2010.

roteiro prévio para um ator. Enfim, há algo nesse trabalho que desencaixa, que sucede à revelia, pelas costas, quando já estamos exauridos, quando algo na assistência nunca existiu e ou já caducou, quando saímos da linha – num bizarro limite entre a potência e a impotência.

Para pensar esse trânsito potência-impotência, suficiência-insuficiência, no sentido aqui referido, foram necessários deslocamentos em relação à formação centrada na psicodinâmica e na clínica privada – aposta aberta na UNIFESP, em alguma medida, com muito investimento e negociações com profissionais e serviços, para atender e constituir algumas demandas - por exemplo, o privilégio da ação em campo em relação às teorias da A.I, que são oferecidas posteriormente às atividades no campo, e apenas quando necessárias -, bem como a dificuldade assumida pelo supervisor local de encontrar conceitos à altura das experiências.

Com frequência os estagiários indagam sobre a atuação de maneira geral ou um procedimento específico adotado com uma família e muitas vezes não haviam respostas conclusivas. Como supervisor local interessei-me pela sustentação das desestabilizações, manejando com as precariedades intrínsecas às vicissitudes do campo e das vidas, sob o risco de que, às vezes, houvesse desequilíbrios no aproveitamento e/ou acompanhamento dos estagiários. Como também diz um estagiário neste trecho:

Para mim seria uma tarde qualquer. Chego ao serviço me encontro com o supervisor local e começamos a conversar, ele anuncia que nós teríamos um atendimento.(...) Ele fala de uma história de uma criança que tinha sofrido um possível abuso, até o momento fui tomada por um certo prazer por ser uma história intrigante, algo delicado, algo difícil, complexo, essas coisas me atraíam loucamente, e geralmente em aula eu dizia que lidaria muito bem, essas histórias não me desestabilizavam tanto, essa história me fez rever minha fala, rever minha postura entre tantas coisas.(...) Durante o atendimento começo a criar a imagem na minha cabeça e ao ouvir o dia a dia daquela mãe, o meu desejo era correr, sair daquela sala. De repente a sala foi ficando pequena, de repente eu já não conseguia mais falar, de repente eu me senti impotente, de repente eu só pensava na pequena, de repente a mãe dela pede vale transporte, de repente a mãe dela está falando em cesta básica e eu paralisada, respirando muito fundo para não

chorar, de repente meu estômago não suporta aquela história, começo a sentir uma vontade intensa de vomitar, aparentemente meu corpo pedia para me livrar daquilo, ele estava me pedindo para sair daquela sala... Fizemos os devidos encaminhamentos e depois a mãe foi embora. Deixei as lágrimas correrem, minha cabeça doía, latejava e enjoo continuava absurdo, eu precisava eliminar aquilo de alguma forma, mas não conseguia. Era uma mistura de sentimentos, afetos, pensamentos, não havia mais eu (“Rosa”), eu estava desintegrada, não conseguia firmar muito bem meus pés, parecia uma pessoa dopada, senti um forte arrependimento de ter ido no estágio, não queria estar ali, queria ir embora, tentar esquecer, mas sempre vinha o rosto da garotinha. O período das 16:00 as 17:00 nunca demorou tanto a passar, os minutos nunca foram tão longos, tudo foi tão intenso, eu sentia um bolo na garganta! (Trecho de diário de campo, estagiária Rosa)

Assumir essa dimensão na supervisão foi em alguma medida responsabilizar os estagiários por suas próprias rasteiras, sem, no entanto, eximi-los de persistir em seu em seus processos. A aposta é que as experiências de *formação intersticiais* na supervisão local, não pretendiam acompanhar os estudantes ou conduzi-los suficientemente ao longo de todo o percurso de estágio, que, na verdade, não termina nunca. Se eles foram capazes, contudo, dores e alegrias, de efetivamente preservar um inacabamento próprio a tudo que está vivo e aberto, nas interferências em campo em que a fôrma profissional (no estagiário não acabado) ainda não ‘pegou’ inteiramente (GOMBROWICZ, 2009), caberá dali por diante a cada um assumir seus próprios desassossegos.

Essa formação instaura inevitavelmente um campo de insatisfações e aposta que elas sejam mobilizadoras do trabalho de cada um – supervisor e estagiários. Subjaz e transversaliza essas experiências, uma ideia de formação baseada na experiência, discutida por Kastrup (2013):

A visita a uma casa muito pobre, numa região da periferia atendida (...) pode dar lugar a uma experiência dessa natureza, uma vez que ela interroga e faz pensar. Enfim, ela pode desencadear, para o estudante, um processo de aprendizagem inventiva. Além da solução de problemas, ela envolve a invenção de problemas; no lugar da adaptação ao ambiente, ela implica a invenção do próprio mundo(...) A ideia de um

aprender fazendo se aproxima assim da ideia de um aprender com a experiência. Trata-se aqui do cultivo de uma espécie de consciência perceptiva, ou antes, de um corpo atento, que conhece por todos os sentidos, por todos os poros.

Importante salientar que a formação inventiva não depende de um único arranjo entre supervisor e estagiários, como se tão somente bastasse estarem dispostos. Há uma questão a qual estamos todos submetidos, que é a de colocar em xeque as certezas que mesmo eu como trabalhador vivencio e quais problemas me proponho a inventar.

Algumas pistas que creditam essa aposta no inacabado são os depoimentos de alguns egressos, que afirmam terem criado uma disponibilidade aos encontros e ao manejo em campo, a partir de dores, alegrias e frustrações. Como o caso de um e-mail recebido da estagiária Mônica que havia encerrado o estágio no CRAS no ano anterior:

*“Bom dia Bruno,
Gostaria de começar dizendo que estou com saudades toda a equipe. Você tá trabalhando muito? Como está o estágio esse ano? Eu vi que tem uma vaga aberta em São Bernardo pra trabalhar com jovens e adolescentes na Assistência Social. Eles pedem seis meses de experiência. Pra comprovar, parece que eles aceitam uma declaração da empresa, caso tenha o carimbo e o CNPJ. Por causa disso pensei em te pedir uma ajuda. Eu trabalhei muito com adolescentes, no estágio no CEJUV ano passado (que foi difícil, mas aprendi muito,rs), Queria perguntar se você poderia me fazer essa declaração, contando um pouco minhas atividades? Não sei se eles aceitariam, mas gostaria de tentar. Você acha que é possível? Aguardo notícias.”*

A surpresa de ter recebido este e-mail, foi de saber que para uma estudante que não tinha o interesse inicial em um estágio no SUAS, dispôs-se a se arriscar numa experiência semelhante, agora como psicóloga. Não há essa garantia de que o estágio foi determinante para tentar essa vaga de emprego, mas houve uma abertura ao menos após o estágio para a possibilidade de atuar na Assistência Social.

3. ESPAÇOS-TEMPO DA PSICOLOGIA NO SUAS

3.1. Agenciamentos Territoriais

Ao estudar o SUAS uma palavra, velha conhecida, não passa a ser óbvia e evidente: Território. São tantas as possibilidades do uso desse termo que me voltei aqui a descrever meu encantamento – que é também uma certa produção de território e desterritorialização - com o espaço ao qual fui enviado de início. O Bairro do Rádio Clube:

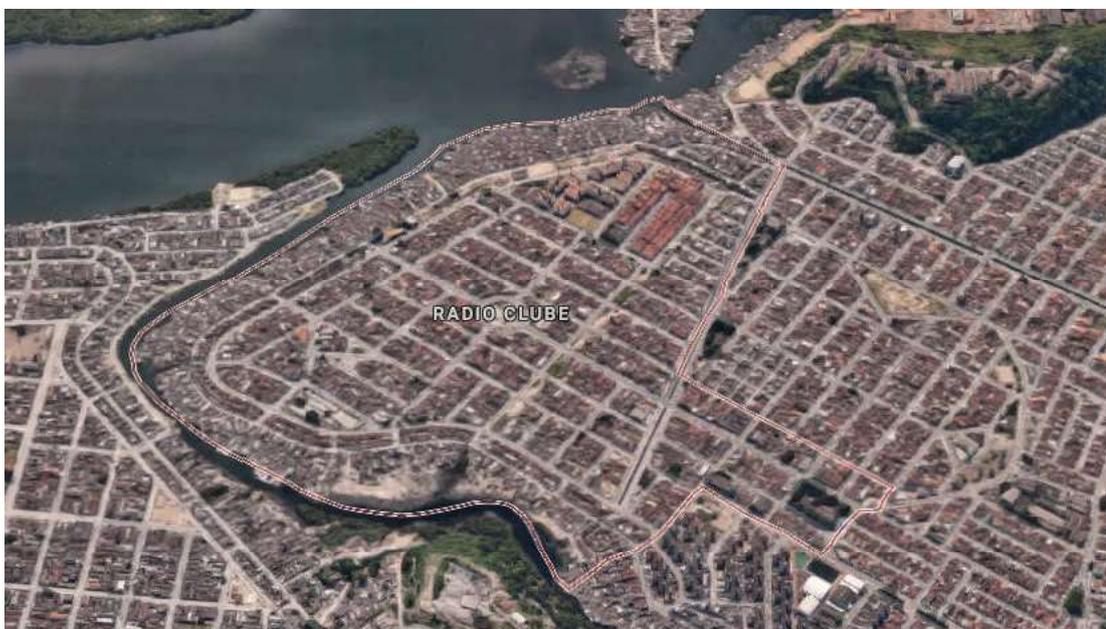


Figura 1. Vista aérea do bairro do Rádio Clube na Zona Noroeste em Santos-SP.

Fonte: Google Maps

O território só se forma após a ação de seus ocupantes, e o espaço ocupado por este bairro é o mais marginal possível. Encontra-se às margens do Rio do Bugre e comporta o maior complexo de palafitas da América Latina à esquerda da área demarcada acima.

Sempre gostei deste mapa e gosto de o apresentar não só às turmas de estagiários, como a todos os visitantes do CRAS, inclusive nos atendimentos particularizados que realizo. Muitas vezes ao mostrar esta imagem as pessoas não

imaginavam que havia tal complexo de favelas em Santos. Recordavam-se dos jardins, dos Canais, do Porto e do Centro Histórico com aroma de café, sabiam da existência de bairros com palafitas, mas não olharam sequer para o mapa.

Sempre após olhar e mostrar essas imagens para estagiários ou colegas recém-chegados, convidava-os para conhecer o território com o corpo. Andar pelas sinuosas palafitas, sentir o cheiro de anos de lixo acumulado às margens do rio e balançar entre as pontes para chegar nas casas.

A dança os orientou entrar em um dos becos, e a tarde começou a escurecer: o céu se perdia em meio aos puxados dos gatos pelas casas; serpentes elétricas entrelaçadas pelas cabeças dos estagiários. O chão de baixo de seus pés cada vez mais perdia a estabilidade, e seus passos se davam agora em ruídos pelas pontes de madeira das palafitas. A terra alaranjada se foi, e agora ficava em seu lugar um mar de lixo, cujo cheiro se condensava nos corredores estreitos entre as infinitas casas das palafitas. (Trecho de diário de Campo – Estagiária Rosa)

Andar pelo território é antes de tudo interferir no espaço, criar novos territórios inclusive com seus ocupantes. O CRAS pode por vezes habitar este espaço como um corpo- estranho, metendo-se onde não foi chamado. Há que se pedir licença e vez ou outra verbalmente ou não.

O choque inicial pelo qual passavam a maioria dos estagiários ou funcionários novos que visitavam o Rádio Clube, não foi tão intensamente por mim vivenciado. Por crescer na Baixada Santista e andar por muitos desses espaços vivenciei uma favela diferente.

Cresci na companhia de meu pai, que trabalhou na construção civil por muito tempo e encontrava ajudantes nessas regiões. Me lembro que a primeira vez que entrei numa favela de palafitas foi na Vila dos Pescadores em Cubatão, por volta dos meus 8 anos de idade. Meu pai havia me convidado a ir com ele, num aniversário de uma afilhada sua, filha de um de seus ajudantes. Ora toda criança gosta de um aniversário, aceitei de pronto mesmo tendo que debater com minha mãe que não

haveria problema de eu ir a um aniversário seja onde fosse. Ela só teria deixado após meu pai ter dito: “Uma hora ele vai ter que conhecer aquela realidade.”.

São poucas as memórias devido ao tempo que já se passou, o que mais me marcou lembro de ter sido a distância entre as tábuas e o aviso de meu pai: “Cuidado pra não prender o pé.”. Compareci a pelo menos mais uns dez aniversários além de visitas esporádicas, todas muito antes de ingressar na faculdade e fazer a primeira “visita ao território” no módulo de Trabalho em Saúde no Bairro do Rádio Clube. À época, em 2006, conheci o trecho mais ao nordeste do mapa, conhecido como Vila Telma.

Nem sempre fui guia no Rádio Clube, na maioria das vezes, quando se desconhece o endereço de um morador somos guiados por seus vizinhos. Certa vez, perdidos durante uma visita, encontramos uma criança que mal tinha aprendido a andar e já conhecia tudo. Ela andava rápido pelos corredores, virava para um lado, virava para outro, mantinha sua mão segurando a chupeta, e nos levou até a última casa, do último corredor, era a casa de sua avó, a moradora que procurávamos.

A resistência em uma palafita é visível. Estar sujeito à esse tipo de habitação precária, com frestas nas madeiras por onde entram água da chuva, vento gelado, cheiro de água suja da maré, bem como estar sujeito às intempéries de uma favela de madeira, como incêndios e desabamentos, cria uma resistência corpórea, política. Ao longo do trabalho no CRAS pude presenciar famílias que vivem em palafitas, resistindo à bronquite e à pneumonia que apresentavam. Pessoas que gostariam de ter melhores condições de saúde, mas que não abriam mão da sua moradia úmida³⁸.

Nós trabalhadores nos questionamos também sobre o próprio trabalho, ainda que seja necessário, queremos mais do que auxiliar e tão somente garantir direitos.

³⁸ Acerca desta questão interessa (...) mostrar a sintonia de dois aspectos e/ou seu contraste. Por exemplo, estabelecer nexos entre a ocorrência de uma pneumonia e a umidade da moradia, mas também chamar a atenção para uma extrema resistência a condições de vida muito adversas. Este provavelmente é o aspecto mais difícil de ser cumprido numa narrativa, mas também o mais interessante e o que pode torná-la um importante instrumento de compreensão (...) Cf CASETTO, Sidnei José. A narrativa na clínica comum In: Capozzolo, A.A; Casetto, S.J; Henz, A.O. (Org.). Clínica Comum: itinerários de uma formação em saúde. 1 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2013, 281

Seja em qualquer espaço, reuniões, encontros no corredor, durante uma carona de carro, saindo ou chegando do trabalho e até mesmo no bar da esquina, desejamos mais possibilidades além da manutenção de mera sobrevivência.

Vivenciar essas histórias de resistência, no lugar de profissional, nos faz pensar que o trabalho seja investir nesse fiozinho de condições necessárias para que continuem existindo de maneira potente nos territórios. Não é um “saber o que fazer” que mobiliza os profissionais, é talvez um pulso de vida, a resistência como força afirmativa de uma luta possível³⁹.

3.2 – Experiências desastrosas

*Foi foda contar migalha nos escombros
Lona preta esticadas, enxada no ombro e
nada vim, nada enfim. Recria.
Sozinho, com a alma cheia de mágoa e
as panela vazia.*

Emicida

Quando me remeto à minha trajetória no Rádio Clube, estão sempre presentes os incêndios que afetaram esse bairro. Foram 4 grandes incêndios nos anos de 2014 e 2015, Caminho São Sebastião, Mangue Seco, Vila Telma e Caminho São José.

Lembro de receber uma ligação do trabalho em pleno domingo. Como estava em São Paulo achei que pudesse ser minha chefe na época querendo carona pra descer. Atendi. “Teve um incêndio que afetou mais de 100 famílias no Caminho São Sebastião.”. A frase foi bem clara, mas demora pra fazer sentido, eu só havia

³⁹ Possível aqui não diz respeito a possibilidades, tampouco, a um campo previamente delimitado. Heckert e Neves (2010) tomam de Zourabchivivi a noção de possível e afirmam que os possíveis só existem quando são criados. São produções que desestabilizam as fronteiras dos determinismos.

escutado falar de incêndios, o último havia sido há 4 anos, em 2010. “Se você está em São Paulo, pode ficar, mas se prepara que amanhã vai ter muito trabalho. ”.

Antes de dormir só conseguia pensar na equipe do CRAS. Éramos em quatro até novembro, quando saiu uma funcionária para assumir outro concurso. Em março, outro assistente social saiu para o CRAS do Centro. Sabíamos que viriam mais dois técnicos, só não sabíamos quando. Ficamos em dois, eu e uma colega no 9º mês de gestação, há uma semana de ganhar o bebê.

Ao chegar no dia seguinte, muitos carros estacionados, nunca havia sido necessário estacionar tão longe e no caminho nunca havia visto tantas famílias aguardando para entrar no CRAS, nem mesmo na confraternização do ano anterior. E dentro do CRAS, da recepção para trás também estava cheio. Metade dos profissionais da SEAS estavam presentes, técnicos, operadores sociais, auxiliares administrativos, todas as chefias, enfim muita gente. Muitos haviam trabalhado no incêndio de 2010 e iam organizando o atendimento, separando fichas, empurrando mesas ou colocando água pro café. Eu estava perdido.

Resolvi ficar (ou me colocaram) na sala do administrativo. Era como o Quartel General da Assistência e onde os dados coletados dos atendimentos à população vinham parar. Como tenho facilidade com computador fiquei responsável junto de outra colega a lançar os dados no sistema e ir identificando as famílias que já recebiam atendimento do CRAS. A maioria eu nem mesmo precisava fazer a pesquisa no sistema e essas eram as que mais me angustiavam.

Um nome me chamou atenção. Havia iniciado um processo de acompanhamento com aquela família na semana anterior, foi fornecido uma cesta básica e inserida no PNF⁴⁰, ainda nem tinha recebido a primeira parcela. Saí para ver se ela ainda estava no CRAS.

⁴⁰ Programa Nossa Família – PNF. Programa de Transferência de Renda municipal de Santos. Destinado a famílias com filhos menores de 16 anos, residentes em Santos e com renda de até meio salário mínimo per capita. No qual se estabelece um projeto individual, construído entre a família e o técnico de referência, que tem como objetivo a superação das vulnerabilidades identificadas na família beneficiária. Dura de 6 a 18 meses e o valor recebido varia entre 120 e 240 reais.

- Oi Dona Maria !
- Oi meu filho, viu só o que aconteceu, **perdi tudo**, não salvei nem os gatos.
- A senhora tomou café? Conversou com um assistente social?
- Tomei sim, mas ela falou que era para esperar. Que iam ver quem pegou fogo mesmo e quem não pegou para aí depois, entregar a cesta. Aquela que você me deu faz uma semana pegou fogo. **Perdi tudo**.
- Mas já foram buscar a cesta, a senhora eu sei que mora lá, fizemos a inclusão no PNF ainda que não resolve tudo, já tem por onde começar.
- Mas eu **perdi as máquinas de costura**, nem sei como vou usar o PNF.
- A senhora pode ir repondo o que falta devagar. Já sabe onde vai ficar?
- Vamos ficar numa garagem no Caminho São Sebastião mesmo, perto da Última Ponte. Vou indo lá, que minha neta está em choque coitada, **perdeu os dois gatos**.
- Tudo bem Dona Maria, fique firme e no que a senhora precisar pode vir no CRAS.
- O que a gente precisa vocês aqui não têm.
- E o que seria?
- Uma casa.

Não há preparo que dê conta da sensação de impotência frente à esse tipo de situação, passamos a entender o sentido não só do termo calamidade onde o que restava no trabalho é resolver um problema de cada vez, mas do termo desastre, que nos colocava sem muita orientação e com poucos recursos para criar possibilidades.

Me despeço de Dona Maria e volto à tarefa de construir as listas, até que chega no Quartel General o responsável técnico da Defesa Civil. Ele apresenta um mapa construído por fotografia aérea da área afetada tirada meses antes do acidente. Era uma preciosidade pela qualidade da imagem e por conter os caminhos, as pontes do interior das palafitas:

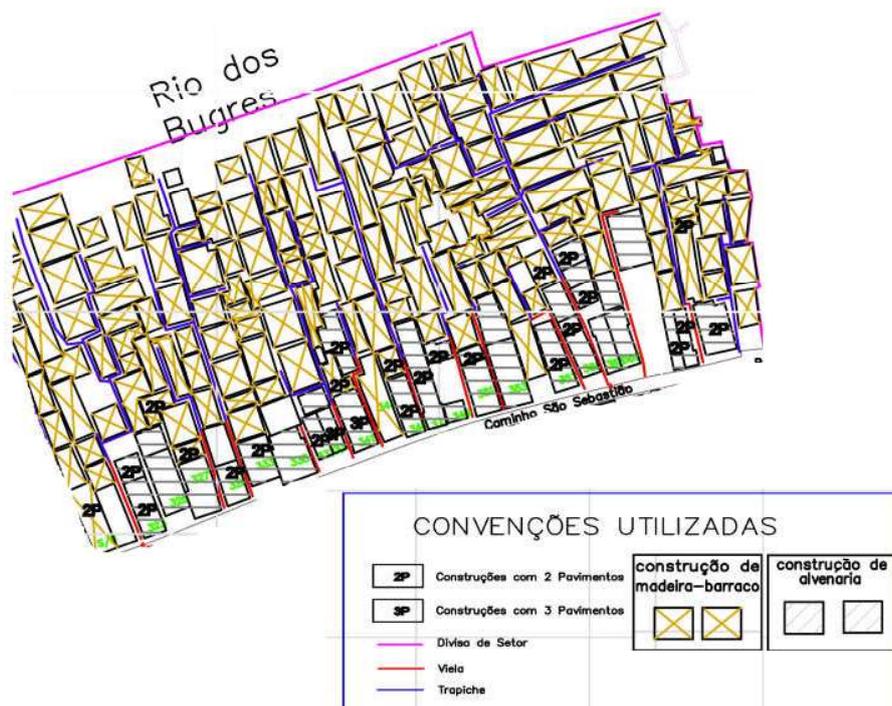


Figura 2. Recorte do Levantamento Planimétrico Cadastral da última porção do Caminho São Sebastião

Fonte: Departamento de Defesa Civil – Santos-SP

Esses mapas estavam todos disponíveis em um programa de Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Santos o SigSantos⁴¹ e por conta de meu interesse solicitei o acesso a essa ferramenta que voltei a utilizar muitas vezes no futuro. Além desse programa, a defesa civil me enviou cópias do mapeamento

⁴¹ Trata-se de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) criado pela Coordenadoria de Informações Urbanas da Secretaria de Urbanização em parceria com o Departamento de Informática da Secretaria de Gestão para que a partir desta base digital fossem construídas ferramentas para gestão num banco de dados único e georeferenciado.

com as vielas e trapiches de todo o Dique da Vila Gilda, abaixo um recorte aproximado da área afetada pelo incêndio:

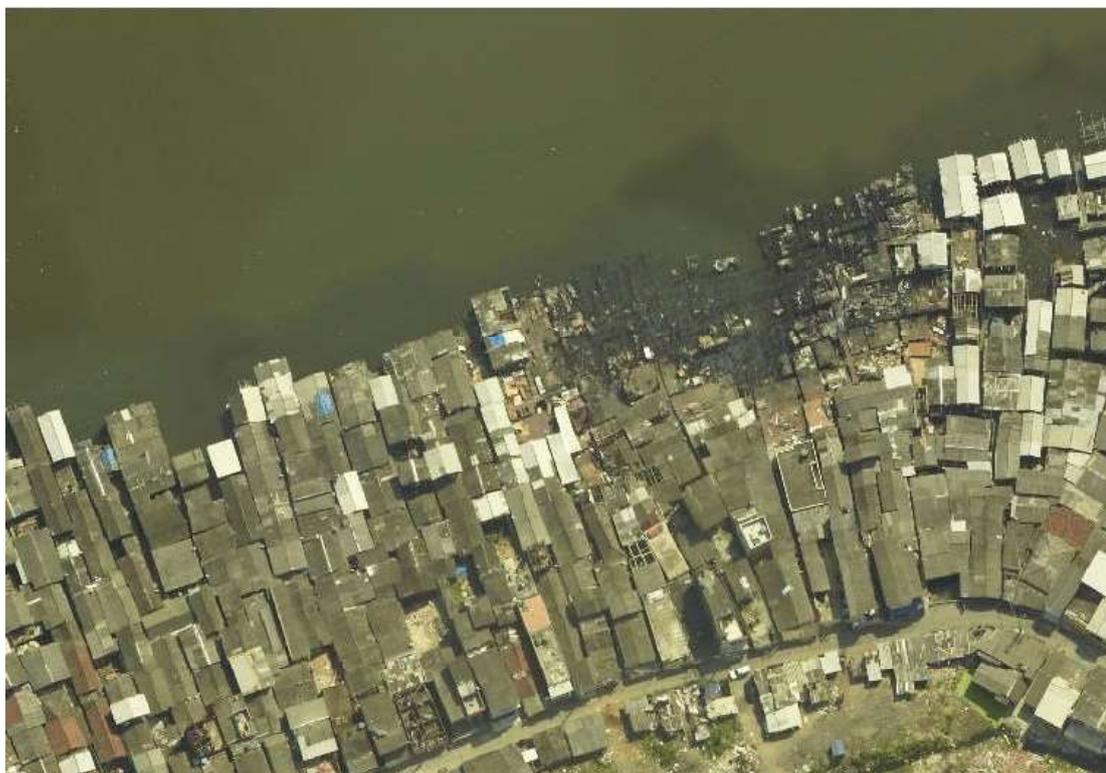


Figura 3. Fotografia aérea da área afetada pelo incêndio no Caminho São Sebastião em 06/04/2016.
Fonte: SigSantos Desktop

O incêndio afetou 107 famílias entre perda total e parcial do barraco. As casas de alvenaria na frente não foram afetadas. Os bombeiros derrubam as casas que ainda não pegaram fogo para evitar que o fogo se alastre, mas todos contam como vítimas do incêndio.

Trabalhamos até as 20h da noite aquela semana e aos finais de semana, pois a chegada das doações e a necessidade da população não respeitavam o horário do trabalho. Nesse período escutávamos cada uma das mais de cem histórias e de como as famílias inventavam outros modos de convivência. Somente duas famílias acessaram os Abrigos da Prefeitura e ficaram somente dois dias neles. Preferiam

voltar a ficar próximos da comunidade pois as informações sobre para onde iriam ou o que receberiam, não chegavam naquela instituição.

Fomos até o local onde o incêndio começou. Mesmo para quem não sabia onde era, bastava ir até o lugar mais movimentado onde entravam e saíam caixas, vigas, vergalhões, cestas, colchões e todo tipo de coisa.

Ao chegar, a mesma sensação e o cheiro característico que senti em meu primeiro dia. Talvez fosse mesmo um *recomeço*, não apenas para mim, mas para as muitas famílias que dali saíam. Romântico seria imaginar a versão moderna de famílias-Fênix⁴² renascendo literalmente das cinzas. Mas a realidade eram lonas pretas esticadas e o povo contando migalhas nos escombros. Pouco se salvara e o que mais se ouvia era um eco das palavras de Dona Maria, “Perdi tudo”.

Semanas se passaram e após os atendimentos emergenciais acabarem, os profissionais que davam apoio voltaram para seus locais de trabalho (pelo menos até outro incêndio em um território vizinho, de abrangência de outro CRAS) e ficamos de volta ao CRAS Rádio Clube com a equipe desfalcada.

Não demorou para que viessem novos profissionais e com a chegada deles, passaríamos a vivenciar a experiência pós-desastre. De alguma maneira retomamos a ideia do Programa Nossa Família talvez por conta de algumas famílias como a de Dona Maria que tinha um planejamento de ampliar seus negócios de costura e tiveram que usá-lo em sua maior parte para subsistência e recuperação do perdido.

Ainda que o município não desse conta de incluir todas as 72 famílias com perfil no programa, devido ao montante de recursos a ele destinados pelo poder executivo se mostrar insuficiente para situações excepcionais.

⁴² Trata-se de um pássaro da mitologia grega que, quando morria, entrava em auto-combustão e, passado algum tempo, renascia das próprias cinzas. Outra característica da fênix é sua força que a faz transportar em voo cargas muito pesadas, havendo lendas nas quais chega a carregar elefantes.

Sem o astro, fomos incluindo algumas dessas famílias aos poucos, sem considerar alguns dos critérios largamente utilizados até o momento⁴³, que era de construir um plano ligado à recolocação profissional ou para movimentar pequenos negócios de profissionais autônomos.

⁴³ Ainda que os critérios do programa, descritos em nota anterior, não exigissem uma comprovação dos gastos, entre os profissionais, pairava a lógica de utilização do PNF para realização de cursos ou investimentos em matérias primas para trabalhos autônomos dos usuários. Essa lógica ainda persiste, sob o discurso de que o “benefício precisa valer a pena”, e creio que suas raízes estão na incapacidade do poder executivo em gerenciar um programa que atualmente funciona muito aquém da demanda que ele se propõe a atender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever esta dissertação e investigar os espaços-tempo intersticiais têm sido uma intensa experiência transformadora. Tem sido como descascar o SUAS, os estágios e a psicologia, encontrando/produzindo espaços-tempo entre as camadas que nunca acabam.

Longe de traçar destinos ou criar modelos de atuação, pretendeu-se aqui abrir caminhos para novas problematizações, para novas produções que estejam comprometidas com os manejos cotidianos dos processos e interferências para criação de possíveis.

Os conceitos que tateamos ao longo da dissertação, longe de tentar explicar as experiências narradas ou apoiá-las em discursos de poder buscando legitimidade, compareceram para compor diálogos sob as narrativas. Assim não teria sentido concluir o texto de maneira diferente:

Quinta-feira era dia de atendimento. Só tinha um único atendimento às 10h da manhã, pensei em cancelá-lo para tentar visitar o CECON, foi uma semana cansativa, mesmo um mês após o 4º incêndio dos últimos dois anos. E esse atendimento nem tinha a ver com o incêndio.

O estagiário agendou, mas não pôde comparecer, aproveitei para atender em seu lugar, afinal era uma família que estava há quase um ano em acompanhamento. Para falar a verdade, por conta do incêndio, deixei o estagiário “tão solto” que nem sabia o que ele estava fazendo, talvez esse atendimento pudesse me dizer.

Eu já conhecia Ruth, chegou para atendimento há mais de um ano atrás com 4 filhos e uma gravidez de risco por conta da hipertensão e rubéola durante a gestação, mas foi só o susto. Sempre solicitava passagem para visitar o pai de suas filhas mais novas que ainda não tinha conseguido ver a bebê recém-nascida. Não participava dos grupos pois estava na correria, sempre sem muito tempo para conversar, dizia: “Não tenho tempo pra sangrar. ”

Naquele dia Ruth chegou com outros ares. A mulher forte que carregava um mundo de adversidade nas costas, trouxe minha atenção para aquelas palavras que me marcariam:

“Meu filho quase morreu. Os policiais chegaram atirando e ele teve que se jogar na maré. Eles estavam atrás de um menino do tráfico que era amigo de infância do Felipinho, e estavam empinando pipa no Caminho da Divisa. Quando eu cheguei, não quiseram me deixar passar. Até parece. Não sei de onde eu tive sangue frio pra tirar a arma que o policial apontou pra mim, me ameaçando. ‘Quero entrar no beco e vou entrar, tenho direito de ir e vir.’ Ele me deixou passar.

Sabe, não tenho conseguido dar atenção pro Felipinho, queria ter mais pra oferecer, mas ele vai fazer 18 e quase indo pelo caminho errado, o amigo que morreu deixa ele na revolta e fica a um triz de fazer merda. Pra piorar os policiais foram no enterro, mal respeitaram a família. Agora todo mundo fica em casa acuado, falando pra todo mundo ficar de boa.

O estagiário falou pra eu colocar essa história na internet, pra dar visibilidade pro que tá acontecendo aqui. Como se não fosse suficiente a violência de não ter casa, comida e dinheiro. Mas nisso tudo só quero saber do Felipinho, preciso mostrar pra ele que não se pode ter tudo nessa vida. Que não temos tempo pra sangrar.”

Essas palavras, fizeram vibrar meu corpo, combalido pelas semanas trabalhando pelo incêndio, vindas daquela mulher, que vivia uma catástrofe cotidiana após a outra, que se recusando a sangrar, continuava afirmando a vida como criação de possíveis mesmo que todos digam que o melhor é ficar quieto em casa.

Por que trazer essa narrativa neste momento da dissertação? Como disse anteriormente, a trajetória desse trabalho teve a marca dos diversos dispositivos apresentados aqui. Marcas que desalinham contornos e possibilitaram a escrita desta e não de outra forma. As questões que me tomavam fizeram-se outras em mim, junto daqueles que me fizeram outro de mim mesmo.

Produzir essa dissertação foi caminhar nos interstícios, começar (e na verdade recomeçar) os processos pelo meio, onde o fazer psicólogo andava encoberto. Foi desfazer o caminho percorrido tantas vezes como trabalhador para

fazê-lo como pesquisador. Foi desfazer-me dos modos endurecidos de analisar a Assistência Social para encontrar fazeres que a objetivam e a sustentam.

Ainda assim, foi um caminho, um pesquisador, uma pesquisa. “Não se pode ter tudo o nessa vida”, diria Ruth a mim, e avisa o leitor que este trabalho não analisou todas as questões da psicologia nos CRAS, e isso não se dá em uma via de insucesso ou falta, é antes potência que nos mobiliza em determinada direção inesperada, nos faz produzir caminhos ao caminhar. Os CRAS, os estágios, e os psicólogos apresentados aqui já não estão lá. Como os territórios existenciais, estão sendo produzidos cotidianamente.

O psicólogo do CRAS Rádio Clube, que chegou sem saber o que era Assistência Social, acompanhou estágios, decidiu entrar no programa de mestrado e escreve estas páginas, deformou-se, saiu da forma diversas vezes encontrando pistas que talvez possam servir a quem atua no SUAS.

REFERÊNCIAS

- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1996
- BEZERRA Jr., B. Prefácio In: BRAGA CAMPOS, Florianita Coelho. (Org.) **Psicologia e Saúde: repensando práticas**. Hucitec: São Paulo, 1992.
- BOTTI, S.H.O., REGO S. *Preceptor, supervisor, tutor e mentor: quais são seus papéis?* **Rev Bras Educ Med**. 2008;32(3):363- 373.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília: Senado, 1988.
- _____. **LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS** – Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, Brasília/DF.
- _____. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Secretaria Nacional de Assistência Social: Brasília, 2004.
- _____. _____. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005b.
- _____. _____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Brasília, 2009
- CAPOZZOLO, A.A.; CASETTO, S.J.; HENZ, A.O.:(Org.). **Clínica Comum: itinerários de uma formação em saúde**. 1 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2013
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia**. Trad. Bento Prado Junior e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** In: *Michel Foucault, filósofo*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990.
- _____. **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, 1974.
- _____. **Pós Scriptum Sobre as Sociedades de Controle** In: DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992a.
- _____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992b.

- ESPOSITO, R. **Bios: biopolítica e filosofia**. Trad. M. Freitas da Costa. Lisboa: 2010.
- _____. Palestra: Filosofia e Biopolítica. Buenos Aires: 25/09/2006
- FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas - Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense universitária. 1977.
- _____. **Ditos e escritos: estratégia, poder-saber (Vol.4)**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.
- GOMBROWICZ W **Contra los poetas**. 2a. ed. Madrid: Ediciones Sequitur, 2009.
- GUATTARI, F. **Caosmose**. Um novo Paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- KASTRUP, V. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo** *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p.32
- _____. **Um Mergulho na Experiência: uma política para a formação dos profissionais de saúde**. *In: CAPOZZOLO, A.A; CASETTO, S.J; HENZ, A.O. (Org.). Clínica Comum: itinerários de uma formação em saúde*. 1 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2013, p. 151-162.
- LAMANNO-ADAMO, Vera Lucia Colussi. Entre o público e o privado: o espaço intersticial. *J. psicanal.*, São Paulo , v. 46, n. 84, p. 93-98, jun. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352013000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 set. 2016.
- MDS. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF, vol.1**: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Segundo a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais. 1ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome, 2012
- MERHY, Emerson Elias. **Educação Permanente em Movimento-uma**

política de reconhecimento e cooperação: ativando os encontros do cotidiano no mundo do trabalho em saúde, questões para os gestores, trabalhadores e quem mais quiser se ver nisso. *In: Saúde em Redes*, v. 1, n. 1, p. 07-14, 2013.

- NEGRI, Antonio. Surge o verdadeiro antiamericanismo. Crítica ao trabalho e aos direitos humanos está no cerne da postura que cresce na Europa. *In: Jornal Folha de São Paulo*, 25/10/1998. Disponível em <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2013/09/12/critica-ao-trabalho-e-aos-direitos-humanos-esta-no-cerne-da-postura-que-cresce-na-europa/> Acesso em 04 10 2016.
- NEVES, Claudia Abbes Baeta; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Micropolítica do processo de acolhimento em saúde. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 1, abr. 2010.
- ORLANDI, Luiz. **Nota acerca da Transversão**. Disponível em <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2016/04/05/nota-acerca-da-transversao-luiz-orlandi/> Acesso em 05/04/2016
- PASSOS, E., KASTRUP, V., ESCÓSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia:** pesquisa- intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PELBART, P. P. **A comunidade dos sem comunidade**. *In: PELBART, P. P. Vida Capital*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- TIQQUN. *Théorie du Bloom*. Paris: La Fabrique, 2000. (Trad.: Vinícius Nicastro Honesk)
- TORRES, Abigail Silvestre. **Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

APÊNDICE